



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Governo ainda sem proposta

**"Greve do Magistério. Colombo terá audiência
com ministro da Educação na quarta-feira"**

(Notícias do Dia, dia 30/5 , Geral, p. 4)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 28, 29 e 30/5/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Geral	Data: 30/05/11
Assunto: Governo ainda sem proposta		Página: 04

Governo ainda sem proposta

Greve do Magistério. Colombo terá audiência com ministro da Educação na quarta-feira

FLORIANÓPOLIS – Depois de pouco mais de uma hora de reunião, ontem, o governador Raimundo Colombo (ex-DEM) e o Grupo Gestor não conseguiram avançar em uma nova proposta para os professores, que continuam de greve. Hoje, Colombo concede entrevista coletiva para fazer um balanço da viagem à Europa, mas deve falar sobre a crise da educação no Estado.

Durante a reunião, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB) e os secretários Derly de Anunciação (Comunicação), Ubiratan Rezende (Fazenda) e Milton Martini (Administração) discutiram, junto ao governador, a possibilidade de reestruturar a tabela de vencimentos apresentada pelo governo. Mas, segundo Derly Anunciação, não houve qualquer avanço. O secretário de Educação, Marco Tebaldi, também participou do encontro, mas não parou para falar com a imprensa.

Afastado do cargo por 14 dias, em função da viagem à Europa, Colombo parece depositar as esperanças na audiência que terá, na quarta-feira, com o ministro da Educação, Fernando Haddad. Durante o encontro, ele irá tratar da liberação de recursos federais para poder fazer uma nova proposta aos professores da rede estadual. “Ele irá no ministério das Cidades e também no Supremo Tribunal Federal tentar agilizar a publicação do acórdão que regulamenta o piso”, informou Anunciação.

O governo encaminhou MP (Medida Provisória) à Assembleia Legislativa que fixa o piso em R\$ 1.187,00, mas a tabela não agradou a categoria, que pede sua retirada sob o argumento de que achata os vencimentos e desestimula a progressão de carreira. A tabela começa com R\$ 1.187,00 e finaliza com R\$ 1.755,64 – para professores com pós-graduação. A tabela proposta pelo Ministério da Educação, defendida pela categoria, começa com R\$ 1.187,97 e conclui com o salário de R\$ 3.422,50.

Neste da internet.
Professores promovem hoje, às 15h, em frente à Assembleia, um ato com a presença da professora Amanda Gurgel, do Rio Grande do Norte, hit no Youtube



Medida Provisória continua na Assembleia

Mesmo com o apelo dos professores, o governo informou que não retira a Medida Provisória e não teria condições financeiras para aplicação integral do piso salarial a todos os integrantes do magistério. A folha teria um aumento mensal de R\$ 100 milhões. A única opção que restaria para esta hipótese talvez fosse o pagamento em quatro anos, como ocorreu no Rio Grande do Sul e a fórmula adotada em São Paulo. Opção, que nos bastidores, é considerada remota.

O governador Raimundo Colombo chegou da Europa na sexta-feira e tomou conhecimento da situação em reunião com o vice-governador Pinho Moreira,

que fez um apelo pelo retorno das aulas. "Para facilitar a negociação é necessário que a greve acabe". Segundo Pinho, "o piso está garantido, mas os professores sabem que o governo não tem condições de pagar tudo que pedem". O próprio secretário de Estado da Fazenda, Ubiratan Rezende, já havia informado que o caixa do governo não poderia oferecer mais nada.

O Sinte (Sindicato dos Trabalhadores de Educação) tenta uma audiência com o governador Colombo. O presidente da Assembleia, Gelson Merísio (ex-DEM), ficou responsável por marcar o encontro com os sindicalistas.



AGENDA

Professores querem uma reunião com o governador para discutir a paralisação

“

O piso está garantido, mas os professores sabem que o governo não tem condições de pagar tudo que pedem.

”

EDUARDO PINHO MOREIRA,
VICE-GOVERNADOR



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 30/5/11
Assunto: Greve dos Professores - Palestra e passeata marcam dia D		Página: 22

GREVE DOS PROFESSORES

Palestra e passeata marcam Dia D

Amanda Gurgel, que ganhou repercussão ao discursar sobre a precariedade na educação, fala hoje à categoria em Florianópolis

A professora que sacudiu o Brasil com um discurso sobre a precariedade na educação do Rio Grande do Norte é a estrela no Dia D da greve dos docentes de Santa Catarina. Amanda Gurgel faz uma palestra hoje, às 15h, em uma semana de intensos debates sobre o tema.

Na mesma hora, mas em outro lugar, está programada uma coletiva do governador Raimundo Colombo. O tema estará em pauta.

Hoje, a greve dos professores, que querem a implementação do piso nacional da categoria, completa 13 dias. Haverá manifestações em vários pontos do Estado. Mas é em Florianópolis que se espera a maior concentração. As atividades ocorrem entre 8h e 18h, na Praça Tancredo Neves, em frente à Assembleia Legislativa.

Além da palestra de Amanda, a professora que fez um discurso inflamado que ganhou o Brasil por meio do Youtube e do Twitter, haverá uma passeata. Com velas nas mãos, os professores vão até o Terminal de In-

tegração do Centro (Ticen).

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte-SC), a adesão à greve em SC está em torno de 92%. Seriam aproximadamente 630 mil estudantes sem aulas. A assessoria de imprensa da Secretaria da Educação não atendeu às ligações do *Diário Catarinense*.

A proposta do governo, que enviou uma medida provisória para a Assembleia, não agradou aos professores. Eles contestam a suposta falta de dinheiro do Estado e reclamam que, se for aprovada a lei, haverá achatamento dos salários.

Ontem à noite, havia uma reunião do governador com o grupo gestor, que administra os principais recursos do Estado. O assunto, provavelmente, deve ter sido debatido. Até o fechamento desta edição, o DC não teve acesso ao conteúdo do encontro.

Na quarta-feira, o governador tem reunião com o ministro da Educação, Fernando Haddad. A expectativa é de que Colombo trate da liberação de recursos federais para fazer uma nova proposta aos professores.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 26/5/11
Assunto: Greve dos Professores - Palestra e passeata marcam dia D		Página: 22

Discurso inflamado



Trechos do depoimento da professora Amanda Gurgel em audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, no dia 10 de maio, e que ganhou o país por meio da internet

“ Como as pessoas apresentam muitos números e, como sempre colocam que os números são irrefutáveis, eu também gostaria de apresentar um número. É composto por três algarismos apenas, bem diferente dos outros números apresentados aqui, com vários algarismos: É o número do meu salário. Um nove, um três e um zero – meu salário-base, R\$ 930. E gostaria de fazer uma pergunta a todos e todas que estão aqui. Se com nível superior e com especialização vocês conseguiriam, mas só respondam se não ficarem constrangidos, obviamente, se vocês conseguiriam sobreviver ou manter o padrão de vida que vocês mantêm com este salário? (pausa). Não conseguiriam. Este salário não seria suficiente para pagar nem a indumentária que os senhores e as senhoras utilizam para poder frequentar esta casa aqui.

Só quem está em sala de aula, só quem está pegando três ônibus por dia para poder chegar ao seu local de trabalho, ônibus precários, inclusive, pode falar com propriedade. Fora isso, qualquer consideração que seja feita aqui é apenas para mascarar uma verdade, que é uma verdade visível a todo mundo. Que é o fato de que, em nenhum governo, em nenhum momento que nós tivemos no nosso Estado, na nossa cidade, no nosso país, a educação foi uma prioridade, em nenhum momento.

Me preocupa a maioria das falas aqui, inclusive a da secretária Betânia Ramalho, com todo o respeito, que é que não devemos falar da situação precária porque isso todo mundo sabe. Como assim não vamos falar da situação precária? Gente, nós estamos banalizando isso! Estamos aceitando a condição

precária da educação como uma fatalidade! Estão me colocando em uma sala de aula com um giz e um quadro para salvar o Brasil? É isso? Salas de aula superlotadas, com os alunos entrando a cada momento com uma carteira na cabeça porque não tem nas salas! Sou eu a redentora do país? Não posso, não tenho condições, muito menos com o salário que recebo.

Entra governo, sai governo e não tem novidade na fala. Sempre se solicita da gente paciência, tolerância. Eu tenho colegas que estão aguardando pacientemente há 15 anos, há 20 anos, por uma promoção horizontal... Então, quero pedir à secretária paciência, porque não aguentamos mais este discurso. O que queremos é objetividade. Queremos sair deste impasse. Mas como? Sem nenhuma proposta, de mãos abanando?



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 28/5/11
Assunto: Magistério paralisado – Sinte convoca para Dia D da greve		Página: 20

MAGISTÉRIO PARALISADO

Sinte convoca para Dia D da greve

Ato na segunda-feira terá a professora Amanda Gurgel, conhecida após discurso a deputados do RN fazer sucesso na internet

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Professores da rede estadual farão um ato na próxima segunda-feira, em frente à Assembleia Legislativa, no Centro de Florianópolis, e levarão como convidada a professora Amanda Gurgel, do Rio Grande do Norte.

Amanda ficou conhecida em todo o país quando o vídeo no qual expõe a deputados de seu Estado os problemas na educação – entre eles os baixos salários dos docentes – foi postado no site www.youtube.com e virou sucesso na internet.

A manifestação é para pedir que a medida provisória que determina os novos valores salariais não seja aceita e pressionar para que o governador Raimundo Colombo os receba para outra negociação.

Vários atos, em outras cidades catarinenses, estão sendo organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte). A coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, explicou que a próxima segunda-feira será o “Dia D” – dia para discutir a educação. Pais e alunos também estão sendo chamados a participar. Em Florianópolis, das 8h às 18h, haverá atividades na Praça Tancredo Neves, em frente à Assembleia Legislativa.

Às 15h, Amanda Gurgel dará uma palestra. No final do dia, os professores farão uma caminhada com velas acesas até o Terminal de Integração do Centro (Ticen).

Apesar de os professores querem que o governador os receba já na

próxima segunda, Colombo anunciou uma coletiva para o mesmo dia, onde falará, entre outras coisas, sobre a greve, que chega hoje ao 11º dia.

Os professores afirmam que só voltarão às aulas quando o governo oferecer uma proposta nova. Eles rejeitaram a apresentada nesta semana, porque o reajuste dado não acompanhou a progressão na carreira. Já a posição do governo é de só negociar após o fim da greve.

Em Joinville, educadores e servidores juntos

Em Joinville, um protesto reuniu os servidores municipais e os professores estaduais. A manifestação começou em frente à prefeitura e virou uma passeata até o Centreventos Cau Hansen. Eles exigem negociação com o governo e a prefeitura, que até agora não apresentaram propostas capazes de pôr fim às greves. Os manifestantes também decidiram apelar à população, com um abaixo-assinado para que as pessoas peçam à prefeitura reposição salarial aos servidores.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 28/5/11
Assunto: Levantamento – Falta tudo nas escolas estaduais		Página: 19

LEVANTAMENTO Falta tudo nas escolas estaduais

Falta de segurança, acessibilidade, material de limpeza e até falta de lápis, livros e cadernos. Esse é o diagnóstico da situação nas unidades da rede estadual de ensino em 13 cidades da Grande Florianópolis.

O levantamento revela que em 54% das escolas da região não há material escolar para todos os alunos, foi divulgado, ontem, pela Secretaria de Desenvolvimento Regional.

A pesquisa, encomendada pelo secretário regional Renato Hinnig, mostra a realidade das 113 escolas regulares da região metropolitana. Em 71% das escolas pesquisadas, não há material de expediente suficiente e, em 58%, os materiais de higiene e limpeza são insuficientes.

A falta de acessibilidade a deficientes físicos, apontada em 68% das unidades de ensino, também deve ser priorizada, bem como pequenos consertos. Em relação à infraestrutura – conforme o estudo, 63% das escolas precisam de reforma geral –, os investimentos devem demorar um pouco mais, pois dependem de

Alguns dados

- Em 54% das escolas, nem todos os alunos incluídos no Programa de Transporte Escolar têm transporte garantido
- Em 54%, nem todos os alunos têm materiais como livros, lápis e cadernos
- 53% não atendem critérios de higiene
- 59% dos ambientes não atendem critérios de segurança
- Em 71% delas o material de expediente é insuficiente
- 63% necessitam de reforma geral

verba do governo estadual.

Outro ponto insatisfatório no levantamento é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Nos 13 municípios estudados que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, a média do Ideb é 4,4, enquanto o ideal estipulado pelo Ministério da Educação é 6. O Ideb de Santa Catarina é 4,2.

 **diario.com.br**

> Veja os gráficos da pesquisa no site do DC



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Região	Data: 30/05/11
Assunto: SDR apresenta relatório escolar		Página: 14

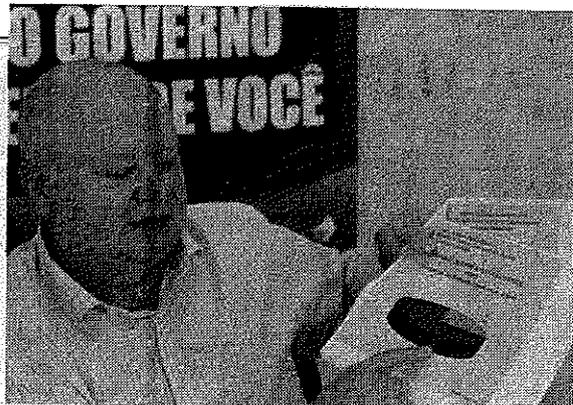
EDUCAÇÃO

SDR apresenta relatório escolar

SÃO JOSÉ — A SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis) apresentou na última sexta-feira um levantamento sobre a atual situação das 121 escolas estaduais nos 13 municípios da Grande Florianópolis. Um calendário de ações será estabelecido para que as mudanças possam ser feitas. O diagnóstico foi entregue aos gestores da gerência de educação da SDR para que os mesmos possam averiguar e sugerir mudanças na agenda, que deverá ser entregue com as devidas considerações no próximo dia 6 de junho.

Segundo o secretário regional, Renato Hinnig, algumas ações consideradas emergenciais já começaram a ser feitas. Mas ainda não há previsão de início das obras nos colégios. De acordo com Hinnig, é necessário esperar que a verba seja liberada pela Secretaria de Educação. “Precisamos viabilizar a liberação de recursos.

As melhorias serão feitas em longo e médio prazo, para isso, será estabelecida uma lista de prioridades. Dentre de seis meses a um ano já teremos melhoras nos índices do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). A previsão é que em no máximo quatro anos os problemas estruturais das escolas estejam resolvidos”, falou.



Secretário, Renato Hinnig recebeu relatório de 121 escolas da região

59% das escolas têm problemas estruturais

Nos treze municípios que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, a média para o IDEB é de 4,4, enquanto a média do Estado é de 4,2. Na pesquisa foi constatado que os principais problemas são na estrutura representando 59% e no ensino representando 14%, parcela essa correspondente aos 100% necessários para o bom funcionamento das escolas. Na pesquisa também foi constatado que 53% dos colégios não oferecem as condições básicas de higiene e 54% dos alunos não tem caderno, lápis, livro e outros materiais necessários para fazer as atividades.

Sem cronograma. No próximo dia 6 de junho, a gerência de educação da SDR deverá apresentar calendário de ações, mas reformas dependem de liberação de recursos



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Serviço	Data: 29/5/11
Assunto: Estudantes		Página: 50

• **Estudantes** - As inscrições para o Programa Jovens Embaixadores, um intercâmbio nos EUA, vão até o dia 7 de agosto. No entanto, a Secretaria de Estado da Educação alerta as escolas da rede pública para que fiquem atentos aos prazos. Inscrições: www.facebook.com/embaixadadoseua.br.

Veículo: A Notícia	Editoria: AN portal	Data: 29/5/11
Assunto: Tebaldi é alvo		Página: 2

Tebaldi é alvo

LHS já disse que é difícil recompor a tríplice no primeiro turno, PMDB, PSDB e DEM (ou PSD) terão candidatos próprios. Mas o PMDB quer pelo menos o PSDB com Udo Döhler já no primeiro turno. Depois da greve do magistério, Marco Tebaldi vai virar o grande alvo.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editorial	Data: 29/5/11
Assunto: A turma da bagunça		Página: 14

A TURMA DA BAGUNÇA

Estudo divulgado esta semana pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) revela que as salas de aula brasileiras são mais indisciplinadas do que a média de 66 países avaliados. O levantamento baseou-se em dados colhidos em 2009 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a partir de entrevistas com os próprios estudantes. No Brasil, 67% dos alunos entrevistados disseram que seus professores “nunca ou quase nunca” têm que esperar um longo período até que a classe se acalme para dar prosseguimento à aula. Nos demais países, o percentual médio é de 72%. O estudo foi feito com alunos na faixa de 15 anos e mostrou que algumas nações asiáticas – reconhecidas pela cultura da disciplina – têm percentuais de satisfação entre 89% e 93%. Não surpreende, portanto, que países como o Japão e a China apareçam também na frente nas avaliações internacionais de estudantes.

Segundo o estudo, a desordem em sala de aula tem efeito direto sobre o rendimento das turmas. O relatório da OCDE indica claramente que salas de aula e escolas com mais problemas de disciplina levam a menos aprendizado, pois os professores têm de gastar mais tempo criando um ambiente ordeiro antes que os ensinamentos possam começar. A pesquisa também comprova que os estudantes com aulas constantemente interrompidas têm pior performance do que os frequentadores de aulas com menos interrupções.

A chamada bagunça em sala de aula

continua sendo um desafio para os professores e para as escolas. Por motivos diversos, que vão da permissividade do ambiente escolar à falta de respaldo para os mestres, passando por deformações na educação familiar, a indisciplina pode ser apontada como um fator importante do fracasso e do mau desempenho dos estudantes brasileiros. Embora as causas sejam diversas e difusas, elas podem ser atacadas, pois a criação de um ambiente positivo para o aprendizado depende fundamentalmente da relação estabelecida entre alunos e professores. O próprio estudo da OCDE indica que quando os alunos são levados a sério pelos mestres eles tendem a aprender mais e a ter uma conduta melhor. Por isso, cabe ao professor, ao organizar suas atividades, combinar regras e normas que estabeleçam limites para todos. Fica muito mais fácil pedir silêncio quando a plateia entende que está infringindo um acordo.

De outra parte, quando uma regra é imposta de forma autoritária, os alunos não se sentem obrigados a cumpri-la. É diferente quando eles têm a oportunidade de conhecer as razões que deram origem à normatização. Mas adolescentes em formação precisam de normas que lhes indiquem limites, sem tolher-lhes a oportunidade de manifestar suas ideias e opiniões.

Mesmo num ambiente liberal e democrático, a autoridade do professor continua sendo indispensável para garantir a todos o direito de aprender. A liberdade e a descontração costumam ser estímulos poderosos para a criatividade, mas não podem ser confundidas com a bagunça tolerada, porque esta atrapalha, desagrega e atrasa.

Cabe ao professor, ao organizar suas atividades, combinar regras e normas que estabeleçam limites para todos. Fica muito mais fácil pedir silêncio quando a plateia entende que está infringindo um acordo.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editorial	Data: 29/5/11
Assunto: A turma da bagunça		Página: 14

*O editorial acima foi publicado antecipadamente no site do Diário Catarinense. Os demais comentários de leitores sobre a opinião desta página estão no endereço eletrônico diario.com.br. A questão proposta aos leitores foi a seguinte: **você concorda que a tolerância com a conversa em aula prejudica a aprendizagem?***

Concordo. É preciso corrigir a falácia segundo a qual crianças e adolescentes tudo querem e pais e professores nada podem. Isto tem imobilizado ou servido de desculpas para muitos adultos não cumprirem suas responsabilidades de ensinar valores e colocar limites. O resultado é o caos na vida da juventude. Essa geração tem que respeitar mais.

**Maurício da Silva
Tubarão**

Eu concordo. Acho que as escolas e os professores toleram demais a indisciplina em sala de aula. Os jovens vão à escola para serem educados, então cabe aos professores dar uma educação de qualidade, formando-os para a vida que os espera. Contudo, aqui fora das escolas, na nossa vida pessoal e profissional, não se tolera muita coisa, então seria bom que esses alunos saíssem delas o mais preparados possível. E só para lembrar: o melhor professor que tive nos meus 17 anos de colegial foi o mais exigente de todos.

**Claudecir de Lima
Por e-mail**

Concordo. Os professores toleram demais as indisciplinas em sala de aula, no entanto, o fazem porque não dispõem de meios eficazes para coibir tal prática. A legislação excessivamente condescendente com os alunos limita o poder de manterem um ambiente adequado à eficiência do aprendizado. Em países onde a índole do povo, é ordeira por tradições e costumes milenares, como China e Japão, isso talvez, até possa ocorrer, mas não no Brasil, onde essas qualidades são coisas de um passado remoto, de saudosa memória. O ser humano vive sob a égide do binômio: prêmio e castigo, se for só premiado haverá desequilíbrio.

**José Ernani Freitas
Balneário Camboriú**

Eu discordo. Ano passado, trabalhei com alunos de 5ª e 6ª séries, e em algumas turmas não adianta você impor autoridade, pois tem alguns pais que vão na sala e falam na frente de todos os alunos que eles sempre são os certos. Contudo, os professores ficam desmoralizados e perdem toda a sua autoridade. Com as novas leis, o profissional fica intimidado em chamar a atenção de um aluno, pois estaria prejudicando e deixando-o constrangido perante os colegas de classe.

**Bruna Seemann dos Santos
Urubici**

Concordo em partes que existe indisciplina na sala de aula. Mas o pior é a indisciplina que está vindo de lares desestruturados, onde as crianças podem tudo. Na sala de aula, por este motivo, encontram dificuldade em ter organização, e por estes e outros fatores fazem deste local o palco para apresentar suas revoltas e frustrações. Lembrando também, que há falta de experiência de alguns professores, sendo que os bons profissionais estão saindo da sala de aula para buscar melhores salários.

**Marta Tormen Rigo
Campos Novos**



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 29/5/11
Assunto: Educação/Magistério		Página: 48

Educação

A falta de repasse de R\$ 1,670 bilhão para a educação por parte do governo, nos últimos anos, constatado, pelo Tribunal de Contas do Estado, demonstra que educação nunca foi prioridade. Afinal, se tivéssemos um ensino de primeira linha, não teríamos, no poder, governantes que deixam de atender às necessidades prementes da sociedade.

Vinício Olinger Filho
Por e-mail

Magistério

Mais uma vez o magistério sofre com o desrespeito. Governo após governo vêm esquecendo de pagar precatórios e processos ganhos na Justiça. Agora, foi inventado o descumprimento de decisão do Supremo. Precisa acontecer mais alguma coisa?

Aggeo Edson Neto
Por e-mail

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 28/5/11
Assunto: Dia D		Página: 48

Dia D

Os professores da rede estadual, em greve desde o dia 18 de maio, promovem uma grande vigília, o "Dia D", na próxima segunda-feira, 30, com a presença da professora Amanda Gurgel, que ganhou notoriedade após aparecer em vídeo fazendo críticas à situação da educação pública no Rio Grande do Norte.

Entrevistada por mim ontem no *Jornal do Almoço*, a ministra e ex-presidente do Sinte/SC Ideli Salvatti disse que mesmo se fosse convidada, não iria participar, pois tem compromissos em Brasília.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 28 e 29/05/11
Assunto: Colombo reúne secretários		Página: 11

MP DA EDUCAÇÃO

Colombo reúne secretários

FLORIANÓPOLIS — O governador Raimundo Colombo (ex-DEM) retornou sexta-feira da Europa e já alertou que não irá retirar a MP (Medida Provisória) que tramita na Assembleia Legislativa que fixou o piso nacional do professor em R\$ 1.187,00. A categoria exige a retirada da MP sob a alegação de que achata os vencimentos e desestimula a progressão de carreira.

Colombo teve uma conversa rápida com o vice-governador Pinho Moreira (PMDB) no hangar do governo, e reassumiu o comando do Estado. Neste domingo, ele reúne o grupo gestor para avaliar números e não descarta uma reestruturação da tabela apresentada pelo governo, segundo Pinho Moreira.

“O piso está garantido, mas eles sabem que o governo não tem condições de pagar tudo que pedem. No final de semana iremos fazer contatos e buscar um entendimento”, destacou Pinho Moreira, que faz um apelo pelo retorno das aulas. “Para facilitar a negociação é necessário que a greve acabe”, observou.

A tabela do governo começa com R\$ 1.187,00 e finaliza com R\$ 1.755,64 — para professores com pós-graduação. E a tabela com o piso salarial nacional proposto pelo Ministério da Educação, defendida pela categoria, começa com o piso nacional de R\$ 1.187,97 e conclui com o salário de R\$ 3.422,50 — para os trabalhadores com pós-graduação.



AGENDA

Na segunda-feira, às 15h, Colombo concede entrevista para falar da educação



CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 30/05/11
Assunto: Semana tensa		Página: 02

Semana tensa

O governador Raimundo Colombo ao chegar da Europa recebeu um relato sobre a greve dos professores por parte do secretário da Educação, Marco Tebaldi. Não gostou nada, nada do que ouviu. Tanto que azedou o humor. Reunido com parte do colegiado ontem à noite na Casa da Agrônômica, montou uma linha de atuação buscando retomar as negociações com a categoria



sem afastar-se da realidade dos cofres públicos. Reconhece que o governo está em dívida com vários segmentos do funcionalismo público e não há mais possibilidade de estabelecer alquimias passageiras, por meio de abonos ou penduricalhos inconsistentes. É hora de uma política salarial que contemple a todos sem distinção e estabeleça um equilíbrio de atividades. Essa bomba de efeito retardado está pronta para manifestar-se passando a ser um importante obstáculo que o governador terá que vencer. No momento, exigindo uma posição à Educação e à Segurança Pública, como delegados e agentes querendo recuperar 12 anos de congelamento salarial.

CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 30/05/11
Assunto: À margem da justiça		Página: 02

À margem da Justiça

O piso do magistério, que vinha sendo contestado na Justiça inclusive pelo governo catarinense, foi considerado constitucional. Tem que ser pago. A recuperação salarial dos delegados e agentes da Polícia Civil teve aprovação da Justiça. Tem que ser paga. Ambas as decisões judiciais que o governo do Estado está descumprindo. A manifestação de que determinação judicial se cumpre virou balela.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Claudio Prisco	Data: 30/05/11
Assunto: Educação		Página: 18

Raimundo Colombo reúne-se hoje com o secretário Marco Tebaldi (Educação) e com os integrantes do grupo gestor (Ubiratan Rezende, Milton Martini, Nelson Serpa, Derli Anunciação e Antonio Ceron) para avaliar a situação da greve dos professores. Possibilidade zero de tirar a MP da AL. O governo quer ver a MP aprovada e, paralelamente, vai buscar alternativa para acabar com a paralisação. Encaminhamento provável é de proposta escalonada para atender aos professores que não foram contemplados. Antes de formalizar o projeto, Raimundo Colombo avista-se com o ministro Fernando Haddad (Educação), em Brasília.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Geral	Data: 30/05/11
Assunto: Cinco Estados em greve		Página: 04



PAÍS

Cinco Estados em greve

Professores da rede pública promovem paralisação em pelo menos cinco Estados, reivindicando melhorias salariais. A estimativa é de que mais de um milhão de estudantes estejam sem aulas no país. Estão em greve os professores da Paraíba, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Sul e do Amapá. Os governadores destes Estados estão tentando negociar com o governo federal melhores de condições para poder atender a categoria. Eles alegam que com a Lei de Responsabilidade Fiscal não podem atender as reivindicações, por isso aguardam propostas do Ministério da Educação.



CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 30/05/11
Assunto: Triste realidade 1		Página: 02

Triste realidade 1

A Udesc e a Universidade Federal estão oferecendo vagas na área de Licenciatura, ou seja, História, Geografia, Pedagogia, Sociologia, Faculdades que formam professores. Inclusive isentam da taxa de vestibular. Tudo visando um estímulo extra para recuperar o interesse. Ou seja, são poucos os que apostam atualmente na carreira do magistério.

CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 30/05/11
Assunto: Triste realidade 2		Página: 02

Triste realidade 2

As escolas de 2º Grau que serviam de pré-requisito para a carreira do magistério foram extintas nas reformas promovidas pelo presidente FHC. Isso também ajudou a desestimular aqueles que optavam pela profissão de professor. Relatos feitos atualmente revelam que se trata de um profissional muitas vezes desrespeitado e desconsiderado pelos alunos.



CLIPPING

Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 28 e 29/05/11
Assunto: A greve continua		Página: 02

A greve continua

Os dirigentes do Sinte, que representa os professores, estão surpresos, segundo relatam, com a adesão ao movimento. Muitos comentam que profissionais que sempre foram céticos à greve passaram a aderir-lá, promovendo ações e movimentos em vários pontos do Estado. A garantia é de que os índices de paralisação estão aumentando de forma inédita. E afirmam que não houve reflexos. Ou seja, a greve está consolidada. Na segunda-feira, representantes da categoria vão ao Centro Administrativo na tentativa de retomar as negociações com o governo do Estado. A primeira exigência será a retirada da medida provisória concedendo piso a parte do magistério. A segunda será estabelecer, quem sabe, um calendário de implementação do piso na carreira. Ou seja, a intenção não é a greve pela greve, mas a busca de uma solução negociada. Resta esperar a próxima semana na torcida por uma definição que atenda as angústias de uma categoria na busca do reconhecimento financeiro e de um governo voltando às pessoas.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político Roberto Azevedo	Data:30/5/11
Assunto: Uma questão polêmica/Adendo		Página: 12

Uma questão polêmica

Engessar o repasse dos recursos aos poderes a tudo o que o governo do Estado arrecada é a maior bomba de efeito retardado que há na gestão da coisa pública em Santa Catarina. O artifício jurídico prevê que todas as fontes de composição devem ser repartidas. Cerca de 20% são, de forma obrigatória, carimbadas para o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa e demais órgãos com autonomia: o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Udesc.

Mesmo que o Estado garanta arrecadação recorde, algo usual nos últimos tempos, o Executivo ficará apenas com R\$ 0,03 de cada real arrecadado para investimento, pois cresce também o que equivale para cada estrutura da gestão pública. Lei é

lei, mas o conceito impõe, por exemplo, que recursos vindos do governo federal, como o Fundo da Educação Básica (Fundeb), cerca de R\$ 32 milhões, entrem na base de cálculo do que acaba dividido para o Judiciário, o Legislativo, etc. O governo paga.

O fato provoca dilemas governamentais. Nos bastidores, considerar os valores que são destinados para financiar ações na educação e até pagar os salários dos professores da rede pública estadual significa tirar recursos de outras áreas para o cumprimento da norma. O assunto já foi motivo de conversas informais do governador Raimundo Colombo com os chefes dos poderes e deverá estar na pauta da conversa com o ministro Fernando Haddad;

da Educação, depois de amanhã, em Brasília. Haddad já conhece a situação.

Tocar em repasse aos poderes é tabu para qualquer governo, pois não só Santa Catarina mantém estes critérios. No caso do Fundeb, a peça consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano, portanto, Colombo ganhou o pacote pronto, não pôde interagir. Há expectativa que uma ampla negociação com os beneficiados pelos repasses mude a realidade para o ano que vem.

Se não se antevê nenhuma modificação, algo que mexeria com a Constituição Estadual, não é justo que apenas o Executivo suporte o peso dos cortes. A partilha da responsabilidade é a mesma para os demais entes da unidade da federação. Que se garanta o bônus e se reparta o ônus.

ADENDO

◆ A solução da greve dos professores passa para a fase de ponto de honra para o governo.

◆ A pressão da sociedade é pela volta à normalidade.

◆ A reivindicação dos professores é legítima, o problema é de viabilidade de caixa.

Prioridades



O governo pretende ir além dos R\$ 80 milhões

para a penitenciária e tem prontos projetos rodoviários, para as áreas de educação e da saúde.

O próximo passo será entrar nas ações operacionais e prioritárias de cada região. Colombo incluirá os planos no roteiro pelo interior do Estado.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Notas e Informações	Data: 28/05/11
Assunto: As greves do professorado		Página: A3

As greves do professorado

Estudantes do ensino básico voltaram a ser vítimas dos interesses corporativos de seus professores.

Por causa das greves por tempo indeterminado deflagradas por professores da rede pública de seis Estados e da prefeitura de Porto Alegre, mais de 1,7 milhão de estudantes do ensino fundamental e médio estão sem aula há vários dias. A maior parte das greves está ocorrendo no Nordeste.

A estimativa é de que cerca de 80 mil professores suspenderam as atividades didáticas no meio do semestre letivo. Cerca de 60 mil servidores técnicos e administrativos também aderiram ao protesto. As reivindicações dos grevistas variam conforme cada Estado – ou município, no caso da capital gaúcha. Por isso, as negociações são independentes.

Na Paraíba, por exemplo, os professores exigem a manutenção das gratificações de estímulo à atividade pedagógica, pedem um piso de R\$ 890 para quem tem jornada semanal de 30 horas e pleiteiam aumento das bolsas de avaliação de desempenho docente e da ajuda de custo para transporte dos funcionários administrativos dos colégios estaduais.

Em Alagoas, os docentes alegam que, por causa da inflação, os vencimentos da categoria estão com uma defasagem de 25% e acusam o governo estadual de não ter implementado o plano de cargos e carreiras. No Rio Grande do Norte, a discussão gira em torno de

critérios para promoções, processo seletivo e pagamento de licença-prêmio e de abono de férias. Em Santa Catarina, os professores protestam porque o governo estadual aprovou uma lei que acaba com o Plano de Carreira do Magistério, que estava em vigor desde a década de 1980.

Em Sergipe, no Amapá e em Mato Grosso, os membros do magistério público estão pressionando os governos estaduais a cumprir a decisão tomada há cerca de um mês pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a constitucionalidade da Lei do Piso Salarial Nacio-

Os professores têm todo o direito de exigir que a lei se cumpra, discutível é a forma de exigir

nal, de 2008, obrigando todas as unidades da Federação a cumpri-la. Essa também é a reivindicação dos professores de Pernambuco – o Estado que, segundo os levantamentos do Ministério da Educação, paga os salários mais baixos da rede escolar pública de todo o País. Em Santa Catarina, os professores querem que o governo exclua os abonos do cálculo do piso salarial nacional, que hoje é de R\$ 1.187 mensais para uma jornada semanal de 40 horas.

Em quase todos esses Estados e na prefeitura de Porto Alegre, os secretários de Educação alegam não dispor de recursos orçamentários para cumprir a decisão do Supremo, depositando a diferença entre os vencimentos atuais pagos ao

magistério público e o piso de R\$ 1.187. Em Santa Catarina, o secretário Marcos Tebaldi afirma que o Estado só pode pagar o piso para 53% dos professores da rede estadual. “O que podemos fazer é isso. Para atender os que vão ficar de fora precisaremos de mais tempo para encontrar fontes de recursos”, diz ele.

Alguns secretários de Educação afirmam que somente poderão cumprir a Lei do Piso se puderem incorporar no cálculo do salário os bônus de produtividade e as gratificações de estímulo à atividade pedagógica – o que é recusado pelo professorado da rede pública.

Além de reclamar da falta de recurso, vários secretários de Educação lembram que os gastos com a folha de pagamento do magistério público já estão no limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso, se tiverem de pagar a diferença para atingirem o piso nacional, como determinou o Supremo, os governadores desses Estados poderão ser acionados por crime de responsabilidade.

Esse problema era esperado desde que, pressionado pelo governo federal, o Congresso aprovou a Lei do Piso Salarial Nacional para o magistério público, em 2008, criando despesas adicionais para os Estados. Mas a lei aí está e os professores têm o direito de exigir o seu cumprimento. O problema está na forma da reivindicação. Ao suspender as aulas, os docentes estão prejudicando a formação de 1,7 milhão de alunos, que foram convertidos em reféns de um confronto corporativo.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 30/5/11
Assunto: Diversos		Página: 3

A greve fortalecida

Os professores da rede estadual de ensino entram hoje no 13º dia de greve conquistando o mais importante aliado político desde que o movimento foi deflagrado, no dia 11 de maio: o parlamento estadual. O presidente Gelson Merisio (DEM) já comunicou ao governo que a Assembleia Legislativa só votará a medida provisória assinada pelo vice-governador Eduardo Moreira (PMDB), fixando o piso para os níveis inferiores do magistério, depois de acordo político com o Sinte, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Sem acordo não haverá tramitação da matéria no Legislativo. Está, assim, sepultada a ameaça de rolo compressor. O governador tem maioria confortável na Assembleia Legislativa, mas os deputados não têm disposição de um confronto com o magistério, pagando a conta político-eleitoral de equívocos na condução do processo. Como os professores não aceitam a medida provisória e estão até fazendo uma forte campanha em todo o Estado, com apelos aos 40 deputados para a rejeitem, é de se concluir que o ato governamental não deverá prosperar, embora já esteja produzindo seus efeitos, com força de lei. Na base governista, ficou claro que o governo cometeu uma sucessão de equívocos e avaliou muito mal o movimento do magistério. Em primeiro lugar, a proposta do secretário da Educação, Marco Tebaldi, do pagamento do piso como remuneração. Desconheceu o teor da Lei Federal 11.738, que fixou o piso equivalente a vencimento básico e, sobretudo, a decisão do Supremo. Depois veio a falta de informação sobre a real disposição dos professores, que realizaram assembleia estadual inédita e uma manifestação singular, com adesão expressiva em torno de um único objetivo. O governo apostou no esvaziamento quando decidiu pagar o piso só para os níveis salariais mais baixos. Nem os ACTs voltaram ao trabalho. Ao contrário, há indicativos de que a medida causou mais indignação por liquidar a carreira, a maior conquista da categoria.

PRIORIDADE?

Para parlamentares aliados, ficou a impressão de dissintonia entre o governo e a realidade. Muitas são as dúvidas nestes segmentos políticos. Indaga-se o que era mais importante: ficar em Santa Catarina e agilizar medidas, abrir negociação real com o Sinte e encontrar uma solução emergencial para a greve, evitando prejuízos incalculáveis para a educação e centenas de milhares de estudantes que estão sem aula há 12 dias, ou viajar à Europa para cumprir uma agenda flexível de contatos empresariais que poderiam acontecer mais tarde? Prospecções internacionais são importantes para o Estado. Visitas a empresas aqui instaladas ou que aqui queiram montar fábricas constituem investidas elogiáveis dos governantes. Mas tudo com uma agenda robusta, a presença de líderes empresariais e em período de harmonia, sem greve num setor público tão vital. Faltou *timing* na assinatura da medida provisória e também na realização da viagem. Uma constatação que eleva o nível de desgaste político do governo por ocorrer no quinto mês de uma gestão que paralisou tudo para economizar recursos destinados a investimentos. O governador concederá entrevista coletiva hoje, às 15h. Para falar sobre a greve dos professores – é o que se imagina. A viagem e seus resultados acabaram sufocados pela paralisação do magistério e pelo impasse que se criou neste final de maio. Raimundo Colombo tem demonstrado, desde que chegou, uma estranha tranquilidade em relação à greve. Pode ter cartas na manga para futuras negociações para o fim da paralisação, especialmente depois dos contatos feitos com o Ministério da Educação, em Brasília, e esperanças de arrancar verbas do ministro Fernando Haddad. Ou pode ser desinformação sobre a dimensão real da greve dos professores. Santa Catarina inteira torce pela primeira alternativa e que negociações cheguem a um final feliz.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Moacir Pereira

Data: 29/5/11

Assunto: Diversos

Página: 3

Colombo no MEC

O governador Raimundo Colombo estará, na próxima quarta-feira, em Brasília. Teve confirmação de audiência especial com o ministro da Educação, Fernando Haddad, depois que desembarcou em Florianópolis, procedente da Europa. Deverá tratar da liberação de recursos federais para fazer uma nova proposta aos professores da rede estadual de ensino e viabilizar o fim da greve. Colombo recebeu um relato informal da greve do vice Eduardo Moreira no hangar do governo no Aeroporto Hercílio Luz. Conversou, depois, com o secretário da Educação, Marco Tebaldi, que também transmitiu informações sobre a situação. Tinha agendado encontro com o vice Eduardo Moreira no sábado. Marcou reunião com o grupo gestor neste domingo. Esta avaliação poderá ser decisiva para as negociações com os professores.

O governo tem apenas uma posição inarredável. Diz que não há condições financeiras para a aplicação integral do piso salarial a todo o magistério. A folha teria um aumento mensal de R\$ 100 milhões. A única opção que restaria para esta hipótese talvez fosse o pagamento em quatro anos, como ocorreu no Rio Grande do Sul, e a fórmula adotada em São Paulo. É, contudo, a possibilidade mais remota. Como a rejeição dos professores contra a medida provisória foi consensual e acabou se fortalecendo entre os integrantes da carreira e até entre os ACTs, a única via razoável é da negociação. E com nova proposta. O governo parece convencido de que só com a medida provisória não vai acabar com a greve. E os prejuízos políticos estão se acumulando. A votação da MP na Assembleia, se não for melhorada a tabela salarial, tem tudo para se transformar num campo de batalha, com novas perdas também para os deputados da base. O preço a ser pago, mesmo que a medida seja aprovada, seria alto demais.

OMISSÃO

A coordenadora do Sinte, professora Alvet Bedin, garante que o movimento permanece forte e mais vivo no interior do Estado. Inúmeras iniciativas marcam, de forma criativa, esta greve. São atos públicos, carreatas, passeatas, manifestações a favor da greve. Também declara-se surpresa com uma constatação inédita: a do apoio dos pais, a solidariedade da comunidade e a inexistência de críticas da ação do magistério. Na segunda-feira, estará em Florianópolis a professora Amanda Gurgel, do Rio Grande do Norte, que ganhou projeção nacional falando a políticos do seu Estado, num vídeo que virou campeão de acessos na internet.

Fatos novos sobre o desvio de recursos destinados à educação, manipulação de números do orçamento e a aplicação da lei federal ganharam destaque durante toda a semana. Outra revelação, agora, diz respeito à questão financeira federal. O artigo 4º da Lei 11.738, de 16 de julho de 2008, dispõe que “a União deverá complementar” o piso salarial “nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado”. O parágrafo primeiro diz que “o ente federativo deverá justificar sua necessidade e incapacidade, enviando ao Ministério da Educação solicitação fundamentada, acompanhada de planilha de custo comprovando a necessidade da complementação...”. O Estado deveria adequar seu plano de carreira e a remuneração do magistério até 31 de dezembro de 2009. O problema é que não houve remessa pelo governo estadual de planilha de custos nem adequação do plano de carreira e remuneração. A opção política foi questionar no Supremo Tribunal Federal a aplicação do piso salarial. Decidido pela Suprema Corte que piso é vencimento básico, ao Estado não restou outra alternativa senão pagá-lo. O governo aplicou a lei apenas nos níveis inferiores. Os professores querem o cumprimento integral, que prevê o piso para toda a carreira do magistério.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 28/5/11
Assunto: Diversos		Página: 3

O poder do livro

Todo mundo conhece a célebre lição de Monteiro Lobato: “Uma nação se constrói com homens e livros!”. Atualizando: “Uma nação se constrói com educação”.

Tratando-se de uma verdade tão absoluta abraçada por todos os candidatos e em todas as eleições como “prioritária”, fica sempre a mesma dúvida. Por que, afinal, depois de tantas provas incontestes dadas por inúmeros países que apostaram e se deram muito bem investindo tudo na educação, os governantes não dão efetiva prioridade à educação? Por que, ao contrário, os problemas, em geral, só se agravaram nos últimos anos?

O município de Ribeirão Preto tem experiências notáveis que merecem atenção nesta área. Ali está se realizando, até o dia 6 de junho, aquela que já é a mais diversificada, envolvente e participativa promoção cultural do gênero: a 11ª Feira Nacional do Livro. Este ano, Santa Catarina é o Estado homenageado, o que lhe garantiu um espaço nobre. Na imensa praça central, junto do histórico Teatro Pedro II, o segundo maior teatro de ópera do Brasil, a Santur montou um estande simples, mas bonito e criativo. Uma sala de biblioteca, com livros de autores catarinenses, onde a talentosa escultora Mariana Thaler, de Treze Tílias, faz maravilhas em cedro e nó de pinho, e a rendeira Silvia Vieira, da Lagoa, produz, com mãos ágeis, as belas rendas de bilro. Há, também, intensa divulgação da Oktoberfest, com exibições da banda Amigos da Música (Blumenau), e do folclore lageano, com o Barbicacho Colorado. Santa Catarina marcou presença na abertura oficial com referências elogiosas da prefeita Darcy Vera e dos organizadores.

COMUNIDADE

Mais de 100 mil livros deverão ser vendidos este ano na Feira de Ribeirão Preto. Como? Cem mil estudantes das escolas públicas recebem o “cheque-livro”, uma experiência criativa do empresário Maurílio Biagi Filho, patrono da feira este ano. Seu grupo empresarial distribuiu, na primeira edição, 30 mil chequinhos para as crianças da rede municipal. Este ano receberão o benefício os 43 mil estudantes municipais e os 57 mil alunos da rede estadual, por decisão do governador Geraldo Alckmin. Todos os cheques no valor de R\$ 18, emitidos com o nome da criança e da escola. Os estudantes que desejarem comprar livros mais caros pagam a diferença, sem problemas. É a mais diversificada feira de livro do Brasil. O cantor Nei Matogrosso abriu a feira em praça pública para mais de 20 mil pessoas, enquanto, no Teatro Pedro II lotado, acontecia um espetáculo clássico de cordas. Serão seis grandes espetáculos musicais. Filmes serão exibidos com sessões de debates. No coreto montado bem no meio da praça acontecerá o “Café Filosófico”. No auditório do teatro, o “Salão de Ideias”, com debate entre os escritores e o público. Peças de teatro envolvendo questões literárias e culturais serão apresentadas no período. Pequenos auditórios na praça servem de espaço para os “contadores de histórias”. No parque municipal, as crianças têm acesso a teatros de bonecos, peças infantis, etc.

A maciça presença de centenas, milhares de estudantes de todas as escolas circulando pelos imensos estandes é o sinal de esperança nas novas gerações. O envolvimento da comunidade é um espanto, a começar pelos maiores empresários da região, todos contribuintes do grandioso evento cultural.

Este ano, o usineiro Maurílio Biagi vai levar os catadores de cana para visitas à feira, também com um cheque para a compra de livros. Ribeirão Preto exibe um índice de leitura que é orgulho nacional: oito livros por habitantes, um dado excepcional, considerando que o Japão tem 11 livros por habitante.

O melhor resultado da feira, contudo, está numa pesquisa desta semana: o índice de aprovação do ensino municipal pela população é de 98%. E todos têm prazer em proclamar que ali o ensino fundamental é de qualidade há muito tempo.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 30/5/11
Assunto: Vale alimentação		Página: 14

Vale-alimentação

É uma piada de muito mau gosto chamar o valor oscilante de R\$ 132 de vale-alimentação, como quer o governo. Para chegar a esse valor, tem de haver no mês 22 dias de aula. Se for menos, o valor é menor. São R\$ 6 por dia para o professor se alimentar. Gostaria de saber se algum deputado conseguiria se alimentar com esse valor durante um dia.

Ademar Bodemüller
Trombudo Central

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 28/5/11
Assunto: Anti-homofobia – Ministro diz que novo kit sairá este ano		Página: 24

ANTI-HOMOFOBIA

Ministro diz que novo kit sairá este ano

São Paulo

O ministro da Educação, Fernando Haddad, disse ontem, em São Paulo, que o kit anti-homofobia deverá estar pronto ainda neste ano para distribuição em 6 mil escolas. Criticado, principalmente, por parlamentares evangélicos, o material que vem sendo preparado pelo MEC foi alvejado pela própria presidente Dilma Rousseff, que viu em peças do kit “propaganda de opção sexual”.

Haddad admitiu que o filme chamado *Probabilidade*, que versa sobre bissexualidade, tem conteúdo inadequado, por apresentar a situação de um garoto que se descobre bissexual, concluindo que ele teria duas vezes mais chances de encontrar uma companhia do que outro, heterossexual.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 28/5/11
Assunto: Kit sensatez		Página: 10

Kit sensatez

O veto da presidente Dilma Rousseff ao kit educativo do projeto Escola Sem Homofobia divide a opinião pública. De um lado, encontram-se os defensores da diversidade e dos direitos humanos, lamentando que a presidente tenha se submetido a pressões religiosas. De outro, estão especialistas, inclusive os que aconselharam a presidente, argumentando que o material é equivocado por fazer uma apologia do homossexualismo, em vez de simplesmente oferecer informações claras sobre sexualidade. O caminho mais sensato é o do meio: cabe ao governo corrigir eventuais deformações, mas não pode privar escolas, professores e alunos de um material

importante para o combate ao preconceito e à discriminação.

Pesquisas de opinião pública cujos resultados ganham ênfase a partir desse mais recente episódio confirmam o quanto o tema ainda é considerado incômodo para a sociedade de maneira geral. A mais recente delas, realizada em 2009, revela que nada menos de 87,3% de alunos, mães, pais, professores, funcionários e diretores têm preconceito em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Outro levantamento, ainda de 2004, mostra que 60% dos professores afirmam não ter conhecimento suficiente para lidar com a questão da homossexualidade em sala de aula.

Por todas essas razões, é importante

que as orientações sobre questões como a homofobia possam ser prestadas em casa, no âmbito da família. Mas, quando isso não é possível, a responsabilidade acaba sendo transferida para a escola, pois a educação é sempre útil no combate ao preconceito. Daí a importância de que os educadores, em sua maioria confessadamente despreparados, possam receber subsídios para contribuir com essa causa.

O importante é que um Estado laico e não confessional como o brasileiro não continue a agir sob pressão num caso desse tipo. A contribuição que o poder público precisa dar nesse e em outros casos deve ser sempre a destinada a combater qualquer tipo de discriminação.

Clipping

CNTE

Novo kit anti-homofobia deve sair neste ano, afirma Haddad

↳ Data: 30/05/2011
↳ Veículo: BAND
↳ Editoria:
↳ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

As cerca de seis mil escolas brasileiras que registraram casos de agressões, intolerância e discriminação contra homossexuais devem receber o kit anti-homofobia ainda neste ano. De acordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad, os materiais serão refeitos e estarão prontos para distribuição em 2011.

O kit do Ministério da Educação para combater a homofobia nas escolas foi suspenso na última quarta-feira pela presidente Dilma Rousseff por, segundo ela, fazer "propaganda de opção sexual". Por isso, o material terá de ser readequado.

Segundo Haddad, isso será realizado sem custos adicionais ao governo. Para readequar o kit, o MEC vai envolver técnicos e professores para analisar e sugerir mudanças nos vídeos antes deles serem encaminhados para a Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência da República) - órgão que passará a dar o aval para todas as publicações do governo que envolvam costumes e valores, segundo determinação da presidente Dilma.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 28/05/11
Assunto: Não faremos propaganda de opções sexuais, diz Dilma sobre kit polêmico		Página: Online

Não faremos propaganda de opções sexuais, diz Dilma sobre kit polêmico

Depois de ceder à pressão de deputados e suspender envio de kit anti-homofobia a 6 mil escolas do ensino médio, como parte de uma campanha contra o preconceito, presidente anuncia que vai criar comissão para analisar material, que deverá ser refeito

Após ceder à pressão da bancada católica e evangélica e suspender o kit anti-homofobia do Ministério da Educação (MEC), a presidente Dilma Rousseff disse que o governo não fará "propaganda de opções sexuais" nem "interferirá na vida privada das pessoas".

O kit foi usado como moeda de troca para evitar a investigação do ministro Antonio Palocci, desgastado com suspeitas em torno de sua evolução patrimonial nos últimos quatro anos. Uma nova versão poderá ser preparada pelo MEC.

"Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais nem de nenhuma forma nós podemos interferir na vida privada das pessoas", afirmou Dilma à imprensa, após solenidade de doação de 30 mil bicicletas e capacetes pelo programa Caminho da Escola.

O kit de combate à homofobia seria composto por três vídeos e um guia de orientação aos professores. Os vídeos, com duração de cinco minutos, enfocariam transexualidade, bissexualidade e a relação entre duas meninas homossexuais.

O material seria enviado a 6 mil escolas de ensino médio no segundo semestre deste ano, com o objetivo de trazer para o ambiente escolar o reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento do preconceito.

"Eu não assisti aos vídeos. Mas não concordo com um pedaço que eu vi na televisão, passado por vocês. É uma questão que o governo vai revisar", disse a presidente, afirmando também que a sua administração luta contra a homofobia.

Todo material sobre "costumes" passará agora pelo "crivo amplo da sociedade e das bancadas interessadas, de acordo com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

Segundo o ministro da Educação, Fernando Haddad, Dilma avaliou que o material, da forma como estava, não combatia a homofobia. "A presidente entendeu que ele não foi desenhado de maneira apropriada para promover aquilo que pretende, que é o combate à violência, à humilhação dessas pessoas na escola, à evasão desse público", comentou o ministro.

Reformulação. O entendimento agora é o de que materiais dessa natureza sejam analisados por uma comissão da Secretaria de Comunicação da Presidência da



República, após terem passado por um grupo do ministério. "Elas (as comissões) vão fazer os apontamentos necessários para uma reformulação." Segundo Haddad, os vídeos "poderão ser integralmente refeitos".

Para o ministro, houve muita confusão a respeito do kit. "Quando uma discussão deixa de ser técnica e passa a ser política, você tem muita dificuldade de organizar um debate racional sobre o assunto. Cheguei a ver (no Congresso Nacional) um material voltado para profissionais do sexo nas mãos de um deputado que dizia que o MEC ia distribuir aquilo para crianças de 6 anos", disse. "A presidente, com razão, à luz desse cenário, criou no âmbito da Secretaria de Comunicação uma comissão que vai dar a última palavra sobre esse assunto."

Questionado sobre o que tinha achado do material, Haddad disse que "tem uma parte" da qual não gostou, sem especificar qual. "O problema não é no mérito da causa, é em relação ao caso concreto." Ele ressaltou que "é uma determinação constitucional o combate ao preconceito de qualquer tipo".

Ontem, ao comentar a decisão no Twitter, a secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda, afirmou: "Tempo das trevas!" A assessoria de Haddad disse que a opinião é "pessoal" e não reflete a posição do ministro.

PARA LEMBRAR

STF decidiu sobre união

No início do mês, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, por unanimidade, o status legal de família também para as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo. A sentença provocou a discussão de que tal decisão deveria ter sido tomada pelo Congresso e não pelo Judiciário; da mesma forma, alegou-se que faltou ao Legislativo a iniciativa de votar a questão - um dos ministros do STF, Gilmar Mendes, falou que o quadro no Congresso era de "inércia, de não decisão por razões políticas".

A decisão também deu força a novos ataques contra o Projeto de Lei 122, de autoria da ex-deputada Marta Suplicy (PT-SP), que prevê a criminalização da homofobia, assim como a esperança, entre militantes gays, de que sua promulgação seja impulsionada.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 30/05/2011
Assunto: MEC pretende lançar nova versão do kit anti-homofobia ainda este ano		Página: Online

MEC pretende lançar nova versão do kit anti-homofobia ainda este ano

Segundo Fernando Haddad, gastos com alterações estavam previstos. Ministro disse que Dilma não gostou de vídeo sobre bissexualidade.

O Ministério da Educação pretende refazer o kit do projeto “Escola sem Homofobia” e distribuir em escolas para professores de turmas de ensino médio ainda neste ano. O kit, que inclui um guia para o professor e três vídeos, foi suspenso pela presidente Dilma Rousseff nesta semana. O ministério identificou mais de 6 mil escolas no país onde há registro de homofobia. Elas deverão receber a nova versão do kit.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira (27), em São Paulo, que o MEC vai avaliar se a base do material já produzido será mantida. “Faremos agora essa discussão, mas com base mais técnica chamando especialistas.”

Depois de pronto, o kit será avaliado pela comissão de publicação do Ministério da Educação, para enfim passar pela aprovação do governo. Após a polêmica, o governo criou uma instância que vai dar o parecer final sobre publicações que versam sobre costumes.

Haddad disse que a presidente Dilma Rousseff viu mais de um vídeo do kit e descreveu passagens do material.

Ainda, de acordo com Haddad, a presidente assistiu o vídeo chamado “Probabilidade” que trata de bissexualidade e considerou algumas frases “mal colocadas.”

No vídeo, um garoto se apaixona por uma menina, mas tempos depois sente atração por um menino e conclui que não precisa se relacionar apenas com pessoas de um mesmo sexo.

Gastos estavam previstos

Haddad destacou que as alterações que serão feitas no kit do projeto estão previstas no convênio do ministério com as entidades responsáveis pela criação do material. Haddad sugeriu que não haverá um pagamento adicional além do previsto em contrato – o total do projeto, incluindo o kit, seminários, formação de professores e outras despesas teve orçamento aprovado em R\$ 1,8 milhão. O kit, que inclui um guia para o professor e três vídeos que seria distribuído nas escolas, foi suspenso pela presidente Dilma Rousseff nesta semana.

“O repasse é feito à medida que o projeto vai se desenvolvendo. Nesse como em qualquer outro convênio, quando se verifica qualquer inadequação o ministério



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

recomenda uma alteração parcial ou até total”, afirmou Haddad, que veio para São Paulo para participar de inauguração de dois campi da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Segundo o ministro, a última parcela do contrato – ele não informou o valor – ainda não foi paga.

Até agora, a produção do kit envolveu gastos com pesquisas, produção e filmagem dos vídeos e seminários para cerca de 200 pessoas no final do ano passado para treinamento com o conteúdo do programa.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo

Editoria: Vida

Data: 28/05/11

Assunto: Frase levou à suspensão do Kit anti-homofobia

Página: A26

Frase levou à suspensão do kit anti-homofobia

Segundo o ministro da Educação, a presidente Dilma achou texto inadequado

Uma frase que consta em um dos vídeos do kit anti-homofobia do Ministério da Educação (MEC) foi uma das razões que levou a presidente Dilma Rousseff a pedir, anteontem, a suspensão do material, que será reanalisado e pode ser lançado até o fim do ano. Segundo o ministro Fernando Haddad, Dilma considerou um trecho inadequado.

“Por exemplo, na opinião dela, está mal colocada aquela frase sobre aumentar sua probabilidade de não ficar sozinho”, disse o ministro. Ele esteve ontem em São Paulo para a inauguração de um campus da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

O vídeo em questão, denominado *Probabilidade*, trata do tema bissexualidade e tem as seguintes declarações: “Gostando dos dois (*garotos e garotas*), a probabilidade de encontrar alguém por quem sentisse atração era quase 50% maior” e “Tinha duas vezes mais chance de encontrar alguém”.

Haddad disse concordar com a posição da presidente. “Isso não tem a ver com probabilidade. Ela (*Dilma*) disse que (*a frase*) é inadequada porque sugere que é uma coisa boa e nós não

estamos entrando no mérito disso”, disse. “Estamos dizendo que as pessoas têm direito e não podem ser discriminadas.”

De acordo com Haddad, Dilma viu mais de um vídeo. “Ela descreveu um que não ia ser utilizado, aquele da mochila, e viu outro.” Ele negou que a posição da presidente tenha sido baseada em vídeos que não serão utilizados ou que tenha a ver com a atual crise do governo, envolvendo denúncias contra o ministro Antonio Palocci. “Não houve recuo dela porque não havia movimento anterior. Ela tomou conhecimento da polêmica, viu uma parte do material, não concordou com algumas frases e soube que o comitê de publicações ainda nem havia avaliado”, disse.

Por essa razão, a presidente pediu que a Secretaria de Comunicação da Presidente da República (Secom) também analise materiais que versem sobre valores e costumes sociais.

O kit “Escola sem Homofobia”, que reúne três vídeos e um guia para professores, é voltado para 6 mil escolas públicas em que foram denunciados casos de homofobia. O conteúdo, voltado para o ensino médio, foi discutido entre o MEC e organizações não governamentais e havia sido aprovado pela Secretaria de Edu-

cação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad).

Agora, o kit será reanalisado. O comitê de publicações do MEC deve nomear, ainda nesta semana, uma comissão que vai se debruçar sobre o material. Após essa fase, o kit volta para a Secad e será rediscutido com as ONGs, com as recomendações feitas. O grupo deve refazer os itens e reapresentá-los ao comitê, que, após aprová-los, enviará tudo à Secom.

O *Estado* apurou que o MEC vai defender a quantidade de três vídeos no kit e também que a cartilha não seja impressa, mas publicada na internet.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 28/5/11
Assunto: Debate@diario.com.br – Como você avalia a viagem do governador Raimundo Colombo e de uma comitiva a países da Europa por duas semanas?		Página: 32

debates@diario.com.br

Como você avalia a viagem do governador Raimundo Colombo e de uma comitiva a países da Europa por duas semanas?

Como é que um governador no início de seu mandato se afasta por tanto tempo do Estado? Acredito que foi para se ver livre dos professores, que reivindicam o seu direito garantido por lei. Está bem provado que o governador não está tão interessado pelas questões mais emblemáticas. Viajou por 15 dias e deixou o Estado entregue às greves, à corrupção e à violência. E cadê a ação para resolver todos estes e outros problemas?

Maria de Jesus Lucena Conte
Florianópolis

Bastante inoportuna, pois só assim se livra da ebulição de problemas que aflige nosso Estado. Essa má-fé com que agem seus subordinados certamente manchará este governo. Volte logo e assumam a responsabilidade. Seja reconhecido por atitudes a favor dos professores ou será o responsável pela morte da educação catarinense. Abra os olhos.

Claudir Kell dos Santos
Por e-mail

De fato é muito tempo (15 dias). Um mandatário não deve fazer isto, pois deixa a impressão de que está fazendo turismo, levando uma turma com ele, e com o nosso dinheiro. Espero que não falte coragem para fazer o que estamos precisando em SC. Aqui, nós, eleitores, estamos observando. Afinal, os mandatos não são eternos. Francamente, não esperava isso dele em tão curto espaço de mandato.

Agenor Acácio Pacheco
São José

Governador Raimundo Colombo, volte logo, pois seus subordinados estão destruindo a sua imagem, e o que é bem pior, a imagem de nosso Estado, da qual tenho tanto orgulho. A proposta indecente destruindo a carreira dos professores só fez aumentar a força que tem nossa categoria. Não vamos desistir.

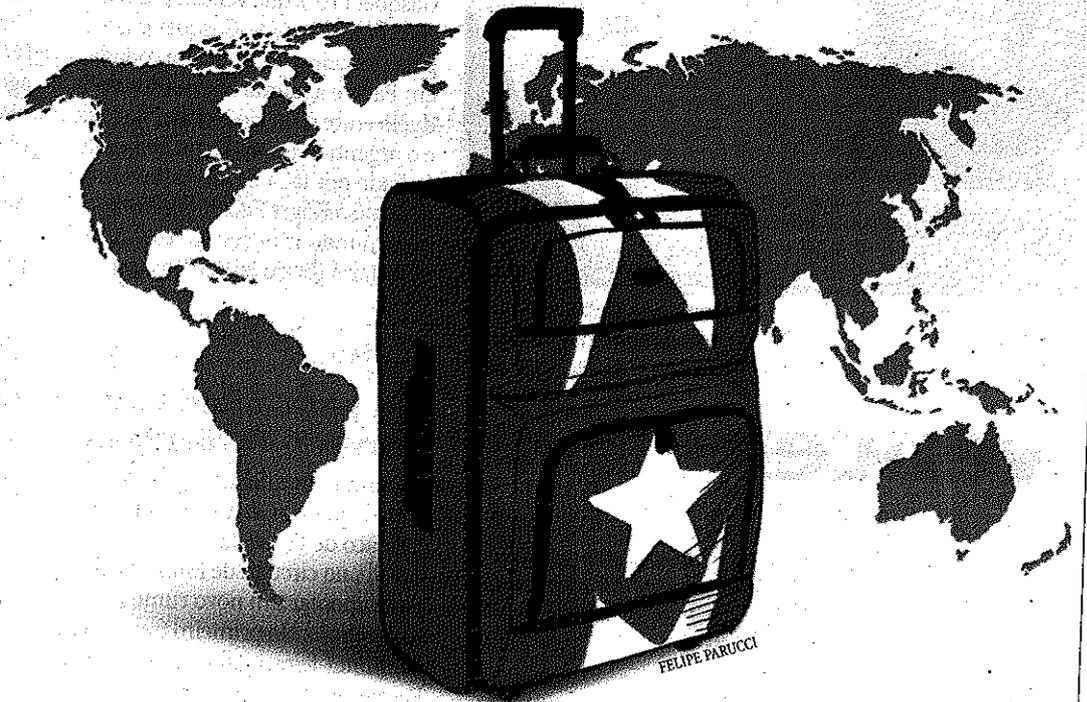
Salette C. Bertoldi
Camboriú

Será que eles vão passar pela alfândega? Sr. Raimundo, na próxima me convida. Claro que viagens como esta são importantes, ainda mais para um Estado que exporta muito, como SC. Sobre tudo, tem coisa mais importante e imediata para resolver aqui.

Carlos Andrade
Florianópolis

Governador e sua comitiva deveriam ficar aqui, resolvendo os problemas, que não são poucos, em vez de fazer turismo no exterior. Ficam querendo desviar dos problemas herdados do ex-governador empurrando com a barriga. Olha a greve dos professores, a segurança pública que está um caos, a saúde e outros.

Alvise Cieplak
Itapema





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 28/5/11
Assunto: <u>Debate@diario.com.br</u> – Como você avalia a viagem do governador Raimundo Colombo e de uma comitiva a países da Europa por duas semanas?		Página: 32

Uma maneira bem prática de fugir dos problemas. Se a viagem já estava marcada, tudo bem. Mas se realmente o governo estivesse preocupado com os problemas da educação, ele teria adiantado sua volta. Ou a educação não é prioridade para o nosso governador?

*Ivete San Vito
Maravilha*

DEBATE DC

■ Você acha que o ministro Antonio Palocci tem que ser mais transparente quanto à forma como seu patrimônio aumentou 20 vezes em quatro anos?

Envie sua opinião, com nome, cidade de origem, profissão, telefone e RG da carteira de identidade com o título "Debate" para diariodoleitor@diario.com.br

O governo de Santa Catarina gastou R\$ 31,1 milhões no ano de 2010 com custos de diárias de servidores e ocupantes de cargos do Poder Executivo. Para o pagamento de um salário digno aos professores não há dinheiro, mas para seus altos salários e despesas absurdas com diárias e outros desvios sempre se dá um jeito. Espero que ele aprenda com os europeus que para se chegar a uma educação de Primeiro Mundo, é necessário considerá-la como investimento e não como despesa. Entendeu, governador?

*Daniela Rafalowski
São Lourenço do Oeste*

O governador Raimundo Colombo fez essa viagem para fugir por dois motivos: primeiro, a troca de partido (na minha opinião, ele deveria perder o cargo, pois foi eleito pelo partido que estava antes). Segundo, pela greve dos professores, que ele não tem coragem de enfrentar; e ainda se não bastasse, fica mandando o secretário dizer mentiras para os jornais. Que irresponsabilidade, senhor governador.

*Livia Silva
Criciúma*

O bom serrano cumpre a lei e não nega o chão que pisa. A viagem foi num momento inoportuno. Vamos resolver primeiro os problemas internos da província, depois batemos asas, pois o governador herdou de seu amigo Luiz Henrique, 1 milhão de problemas em forma de salada. A educação, no caos que está, as escolas sem material escolar e de limpeza, tudo à deriva. E os catarinenses arrependidos. Se a eleição fosse hoje, qual seria o resultado? Pensem.

*Pedro Alves de Oliveira Oliveira
Por e-mail*

Podem ver. A primeira coisa que o governante faz quando é eleito é inventar uma viagem ao exterior e levar junto um monte de puxa-sacos, tudo pago com o dinheiro público. Primeiro vamos nos locupletar, depois a gente trabalha um pouco. Este é o pensamento de todo o mau-caráter. Tem trouxa pagando essa ganância toda mesmo. O país tem representantes no exterior, e estes contatos devem ser feitos por eles. Não é preciso um governador se abalar daqui, com desculpas esfarrapadas.

*João Fernando Zacher
São Francisco do Sul*

Determinou que todos os setores fizessem economia por quatro meses, aí vai passear na Europa por duas semanas? Quem é que paga essa despesa com toda a comitiva que levou? O povo catarinense, claro. Isso é uma vergonha. E os professores penando para receber uns troçadinhos a mais. Mal assumiu, abandonou o partido que o elegeu e agora deixa o Estado para ficar duas semanas passeando?

*Volmir José
Por e-mail*

Já dá para perceber a que veio o nosso governador. No primeiro contratempo (greve do magistério), fez o que todo covarde faz: colocou a roupa na mala e pé na estrada. Vergonhoso.

*Otoniel Alves
Tijucas*

O governador aproveitou um momento estratégico para tirar umas férias, ou seja, é muito conveniente se afastar quando os professores entram em greve reivindicando algo que o governo não quer pagar.

*André Souza
Joinville*



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo
Assunto: Educação para o debate

Editoria: Espaço Aberto

Data: 29/05/11

Página: A2

Educação para o debate

Disseram que o livro *Por uma Vida Melhor* estaria autorizando o desrespeito generalizado às regras da concordância e abolindo a diferença entre o certo e o errado no emprego da língua portuguesa. Tudo isso com o beneplácito do MEC.

A celeuma ganhou os jornais nas últimas semanas. Foi motivada por um trecho no qual se afirma que o aluno pode dizer “os livro”. Parece a senha para um vale-tudo na utilização da língua. Não é, mas assim foi lido.

Não conheço a autora nem sou educador, embora vínculos de família me tenham feito conviver com educadoras desde sempre. Escolhi comentar o caso não apenas porque se refere a um tema importante, mas também porque exemplifica um fenômeno frequente no debate público. Tão frequente quanto perigoso.

O procedimento consiste na desqualificação de ideias sem o mínimo esforço prévio de compreendê-las. Funciona assim: diante de mero indício de convicções contrárias às minhas, detectados em leitura de viés ou simples ouvir dizer, passo ao ataque para desmoralizar o argumento em questão e os seus autores. É a técnica de atirar primeiro e perguntar depois. A vítima é a qualidade do debate público.

Existem expressões, e mesmo palavras, que têm o condão de desencadear essa reação de ataque reflexo. Há setores da opinião pública para os quais a simples menção à privatização é motivo para levar a mão ao coldre. No caso em pauta, o gatilho da celeuma foi a expressão “preconceito linguístico” para qualificar a atitude de quem estigmatiza o “falar errado” da linguagem popular. Houve quem aventasse a hipótese de que o livro visasse à justificação oficial dos erros gramaticais do ex-presidente Lula.

Um despropósito.

Dei-me ao trabalho de ler o capítulo de onde foram extraídas as “provas” do suposto crime contra a língua portuguesa. Chama-se *Escrever é diferente de falar*, título que já antecipa uma preocupação com o bom emprego da língua no registro formal, típico da escrita. São algumas páginas. Nada que um leitor treinado não possa enfrentar em cerca de 10 ou 15 minutos de leitura atenta. Se a fizer sem prevenção, constatará que o livro não aceita a sobreposição da linguagem oral sobre a linguagem escrita em qualquer circunstância, como chegou a ser escrito.

Ao contrário, no capítulo em questão, a autora busca justamente marcar a diferença entre a norma culta, indispensável na escrita formal, e as variantes populares da língua, admissíveis na linguagem oral. Não se exime ela do ensino das regras. Mas, em vez de recitá-las, vale-se da técnica da reescrita. Há uma seção particularmente interessante sobre o uso da pontuação. Vale a pena citar uma passagem: “(...) uma cuidadosa divisão em períodos é decisiva para a clareza dos textos escritos. A língua oral conta com gestos, expressões, entonação de voz, enquanto a língua escrita precisa contar com outros elementos. A pontuação é um deles”.

Noves fora um certo ranço ideológico, aqui e ali, o livro é de bom nível. Trabalho de gente séria, que merece crédito. E um pouco mais de respeito. Fica o testemunho: a ONG responsável pela

Isso implica ter a disposição de entender o ponto de vista alheio antes de desqualificá-lo

obra tem entre seus dirigentes, se a memória não me trai, profissionais responsáveis, no passado, por um dos melhores cursos de Educação para Jovens e Adultos da cidade de São Paulo, o supleti-

vo do Colégio Santa Cruz.

É justamente a esse público que o livro se dirige. Ele é formado por alunos que estão travando contato com a norma culta da língua mais tarde em sua vida. Nesse contato tardio, frequentemente se envergonham do seu falar. Emudecem. Reconhecer a legitimidade do repertório linguístico que carregam é condição para que possam aprender. Não se trata de proteger esse repertório das convenções da norma culta, para supostamente preservar a autenticidade da linguagem popular. Isso, sim, seria celebração da ignorância. E populismo. O livro não ingressa nesse terreno pantanoso.

O que está dito acima se aplica também às crianças quando iniciam o processo de alfabetização. Sabe-se que o primeiro contato com a norma culta da língua é crucial para o desempenho futuro do aluno como leitor e escritor. Sabe-se igualmente que a absorção da norma culta é um longo processo. O maior risco é o de bloqueá-lo logo ao início, marcando com o estigma do fracasso escolar os primeiros passos do aprendizado. No início dos anos 1980, mais de 60% dos alunos eram reprovados na primeira série do ensino fundamental, o que se refletia em altas taxas de evasão escolar. Embatucavam no contato com as primeiras letras (e as primeiras operações aritméticas). Melhoramos desde então? Sim, as taxas de repetência, defasagem idade/série e evasão escolar diminuíram. Parte da melhora se deve à adoção da progressão continuada, outra presa fácil da distorção deliberada, pois passível de ser confundida com a aprovação automática.

Não aprendemos, ainda, porém, como assegurar a qualidade desejada no aprendizado da língua. Mas há sinais de vida. O desempenho dos alunos em Português vem melhorando, em especial no primeiro ciclo do ensino

fundamental, conforme indicam avaliações nacionais e internacionais, ainda que mais lentamente do que seria desejável e necessário. A verdade é que o desafio é enorme: não faz muitos anos que as portas da educação fundamental se abriram para todos e a escola passou a ter de ensinar ao “filho do pobre” – dezenas de milhões de crianças – a norma culta da língua, que seus pais não dominam.

Há muita discussão e aprendizado a serem feitos para vencer esse desafio. É ótimo que todos queiram participar. Mas é preciso educar-se para o debate. Isso implica desde logo dar-se ao trabalho de conhecer o tema em pauta e ter a disposição de entender o ponto de vista alheio antes de desqualificá-lo. Sem querer ser pedante, é o que dizia Voltaire, séculos atrás: “Aprendi a respeitar as ideias alheias, a compreender antes de discutir, a discutir antes de condenar”. Todo mundo ganha com isso.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 28/05/11
Assunto: ONU critica imposição de ensino religioso em escolas públicas		Página: A26

ONU critica imposição de ensino religioso em escolas públicas

Além de desrespeito à laicidade do Estado brasileiro, relatora denuncia 'intolerância e racismo'

Jamil Chade

CORRESPONDENTE / GENEBRA

Centenas de escolas públicas em pelo menos 11 Estados do Brasil não seguem os preceitos do caráter laico do Estado e impõem o ensino religioso, alerta a Organização das Nações Unidas. Em relatório a ser apresentado na semana que vem ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, a situação do Brasil é criticada.

O documento foi preparado pela relatora da ONU para o direito à cultura, Farida Shaheed, que também alerta que intolerância religiosa e racismo "persistem" na sociedade brasileira. A relatora apela por uma posição mais forte por parte do governo para frear ataques realizados por "seguidores de religiões pentecostais" contra praticantes de religiões afro-brasileiras no País. Uma das maiores preocupações é o ensino religioso, assunto que põe Vaticano e governo em descompasso diplomático.

Os Estados citados por Fari-

da, que visitou o País no final do ano passado, são Alagoas, Amapá, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A relatora diz ter recolhido pedidos para que o material usado em aulas de religião nas escolas públicas seja submetido a uma revisão por especialistas, como no caso de outros materiais de ensino. Além disso, "recursos de um Estado laico não devem ser usados para comprar livros religiosos para escolas", esclarece.

Para Farida, "deixar o conteúdo de cursos religiosos ser determinado pelo sistema de crença pessoal de professores ou administradores de escolas, usar o ensino religioso como proselitismo, ensino religioso compulsório e excluir religiões de origem africana do curriculum foram relatados como principais preocu-

pações que impedem a implementação efetiva do que é previsto na Constituição".

Legislação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação diz que o ensino religioso deve ser oferecido em todas as escolas públicas de ensino fundamental, mas a matrícula é facultativa. A definição do conteúdo é feita pelos Estado e municípios, mas a legislação afirma que o conteúdo deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa e proíbe qualquer forma de proselitismo.

"Em tese, deveria haver um professor capaz de representar todas as religiões. Mas, como sabemos, é impossível", explica Roseli Fischmann, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). "Além disso, a aula não é tratada efetivamente como facultativa. O arranjo é feito de tal forma que o aluno é obrigado a assistir."

Roseli explica que o modelo brasileiro é pouco usual nos países em que há total separação entre Estado e religião. "Até Portugal, que no regime de Salazar tornou obrigatório o ensino religioso, aboliu as aulas. Educação religiosa deve ser restrita aos colégios confessionais. Lá, o pai matricula consciente." / COLABOROU

OCIMARA BALMANT

● Separação

ROSELI FISCHMANN

PROFESSORA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP

"Não é perseguição. Nas escolas confessionais, o ensino religioso é natural. Mas a escola pública deve ser para todos."



Tradição



Devoção. Foto de D. Hélder em escola pública no Recife

ANTES DA AULA, O PAI NOSSO

**Contrariando a lei, proselitismo religioso
é comum em escolas públicas do País**

Os alunos da escola municipal Dom Hélder Câmara, no Recife, rezam diariamente o Pai Nosso antes de entrarem nas salas de aula. A rotina é cumprida no pátio da escola que tem, na entrada, um crucifixo na parede e um cartaz com foto do arcebispo católico que morreu em 1999, aos 90 anos. O prédio onde

funciona a escola foi cedido à prefeitura pela Irmandade das Almas do Recife. Uma capela faz parte do imóvel, mas, segundo a diretora Lucila Araújo, ela não é usada por professores e alunos. “Em sala de aula ninguém prega uma religião”, diz Lucila.

O caso mostra que, embora a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) proíba o proselitismo nas escolas públicas, na prática, ele per-

siste, por tradição ou desconhecimento, em todo o País.

Em Curitiba, o Colégio Estadual Santa Cândida, administrado pelas Irmãs Franciscanas da Sagrada Família, tem capela, crucifixos, aula de religião e orações diárias. A página do colégio na internet destaca imagens de Santa Cândida, além de orações. Apesar de pública, o site diz que a escola “fundamenta seus princípios educacionais nos valores do Evangelho”.

Em Belo Horizonte, a Escola Municipal Governador Carlos Lacerda funciona em um terreno doado por uma congregação religiosa. Os estudantes convivem diariamente com uma gruta com a imagem de uma santa, instalados no pátio da instituição. O diretor Wagner José Gomes Barbosa afirma que “toda escola pública é laica” e diz que a gruta com a imagem já existia antes da construção da escola.

Para assegurar a neutralidade, Barbosa diz que, nas formaturas do ensino médio, é realizado um culto ecumênico: “Chamamos um pastor evangélico, um espírita e um padre, além de quaisquer outras religiões que queiram participar.” / **ÂNGELA LACERDA (RECIFE), EVANDRO FADEL (CURITIBA) E MARCELO PORTELA (BELO HORIZONTE)**



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN. Estado	Data: 30/05/11
Assunto: Sala de aula para todos		Página: 13

Sala de aula para todos

Profissionais da educação reagem contra escolas só para alunos surdos

Independentemente de ouvir ou não, toda criança ganha com o convívio de um aluno surdo. A presença é vista como algo diferente, mas normal. Por isso, talvez, não se veja crianças com problema auditivo sendo vítimas de *bullying* entre a garotada. A observação é do psicólogo Sérgio Otávio Bassetti, da Fundação Catarinense de Educação Especial.

"Nós não aceitamos escolas exclusivas para surdos. O mundo é visual e sonoro. Estar só com seus pares é um equívoco, já que é preciso educar a criança para uma sociedade diversificada", defende o psicólogo.

O posição de Bassetti é uma análise do movimento da Federação Nacional de Integração dos Surdos (Feneis), que fez uma manifestação, em Brasília, pedindo a criação de escolas bilíngues específicas para surdos.

Desde a Constituição de 1988, o Brasil adota a política de integração em escolas regulares. O decreto 5.626, de 2005, ampliou esse direcionamento, determinando que as instituições brasileiras responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com alguma deficiência auditiva, que passam dos 5,7 milhões, segundo a Feneis.

O psicólogo observa que as crianças que escutam aprendem rapidamente a se comunicar com os que usam a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Isso permite que interajam na escola e em outros ambientes.

Para a professora Daiele Althaus, as vantagens das escolas inclusivas serão ampliadas quando todos os colegas e professores aprenderem a se comunicar com



Se for ensinado, o bebê surdo pode reproduzir o sinal de mamãe.

DAIELE ALTHAUS, professora os surdos e quando as crianças surdas aprenderem Libras desde cedo. "Se for ensinado, o bebê surdo pode reproduzir o sinal de mamãe", diz Daiele.

Em pelo menos 11 unidades da rede municipal de ensino em Florianópolis existem alunos que aprendem com Libras. No ano passado, o uso da língua com alunos, familiares e professores deu à Creche Municipal Bem-te-vi, no Centro, uma menção honrosa do Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas, do Ministério da Educação. A experiência da Bem-te-vi, desenvolvida em parceria com a Sala Multimeios da Creche Almirante Lucas, no Centro.

A proposta atendia ao aluno surdo e a turma dele. Agora, envolve toda a unidade.

Política de inclusão

Para uma educação de qualidade

INSTRUTOR

Preferencialmente surdo, auxilia na aquisição da Libras como primeira língua. O instrutor pode atuar nas turmas bilíngues e no atendimento educacional especializado – as salas multimeios –, no período inverso às aulas. O profissional coordena cursos de Libras para a comunidade ouvinte.

PROFESSOR BILÍNGUE

Do 1º ao 5º ano, juntamente com o professor regente, deve haver um professor bilíngue que explica aos surdos em Libras e utiliza outros recursos visuais e educacionais, já que a criança ainda está aprendendo a linguagem de sinais.

Quando houver mais de quatro alunos surdos na mesma série, podem ser formadas as turmas bilíngues, em que o ensino é em linguagem de sinais. Mas essas turmas são poucas, pois os alunos geralmente estão em séries diferentes.

INTÉRPRETE EDUCACIONAL

Do 5º ano ao ensino médio e em turmas de jovens e adultos, como supletivo, telessalas e educação profissional, há um intérprete educacional que acompanha o aluno, que já deve ter domínio da Libras.

■ O aluno pode frequentar as salas de atendimento especializado na própria escola ou nas escolas conveniadas, que tenham o serviço, enquanto precisar para a aquisição da Libras e do português como segunda língua.

■ Para contar com o apoio dos profissionais especializados, as escolas onde há surdos matriculados devem entrar em contato com a Federação Catarinense de Educação Especial (FCEE).

FONTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (FCEE)

EM 80

Instrutor de Libras	32
Turmas bilíngues	30
Intérpretes educacionais	539
Segundo professor bilíngue	36



Movimento pela separação

A manifestação em frente ao Ministério da Educação, em Brasília, na semana passada, foi um protesto contra a intenção do governo federal de fechar as escolas especiais e incluir as pessoas com deficiência, como cegos e surdos, em escolas regulares.

Uma comissão formada por dirigentes de associações de deficientes visuais e auditivos de alguns Estados foi recebida pelo ministro Fernando Haddad.

Em nota, o MEC disse que “o ministro da Educação, Fernando Haddad, não pretende encerrar

as atividades de nenhuma instituição ou escola destinada a estudantes com deficiência”.

Os dirigentes das entidades dizem que os surdos têm uma cultura própria e a primeira língua deles é a Libras, por isso, precisam de escolas bilíngues, que ensinem o português a partir da libras.

“Não adianta dar um curso de 40 horas de língua de sinais e esperar que os professores consigam receber alunos surdos e ouvintes na mesma sala”, defende o presidente da Associação de Surdos de São Paulo, Paulo Vieira.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 30/5/11
Assunto: O X da educação		Página: 4 e 5



Inclusão ou separação?

Enquanto a Constituição prega a integração de surdos, movimento quer a criação de escolas específicas bilíngues

ANGELA BASTOS

Independente de ouvir ou não, toda criança ganha com o convívio de um aluno surdo. A presença é vista como algo diferente, mas normal. Por isso, talvez, não se veja crianças com problema auditivo sendo vítimas de bullying entre a garotada. A observação é do psicólogo Sérgio Otávio Bassetti, da Fundação Catarinense de Educação Especial.

–Nós não aceitamos escolas exclusivas para surdos. O mundo é visual e sonoro, achar que estar só com seus iguais é um equívoco, já que é preciso educar a criança para uma sociedade diversificada – defende o psicólogo.

Oposição do psicólogo é uma análise sobre o movimento da Federação Nacional de Integração dos Surdos (Feneis), que reuniu cerca de 500 pessoas em uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, pedindo a criação de escolas bilíngues específicas para surdos. Desde a Constituição de 1988, o Brasil adota a política de integração em escolas regulares.

Bassetti observa que as crianças sem surdez aprendem rapidamente a se comunicar com os que usam a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Isso permite que interajam não somente na escola, mas também em outros ambientes.

Intérpretes educacionais

36

Segundo professor bilíngue

Em pelo menos 11 unidades da rede municipal de ensino em Florianópolis existem alunos que aprendem com Libras. No ano passado, o uso da Língua com alunos, familiares e professores deu à Creche Municipal Bem-Te-Vi, no Centro da Capital, uma menção honrosa do Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas.

Para isso, explica Sônia Fernandes, diretora de Educação Infantil da Secretaria de Educação, uma comissão do Ministério da Educação esteve em Florianópolis verificando, na prática, o relato da experiência encaminhado pela Bem-Te-Vi, em parceria com as profissionais da Sala Multimeios da Creche Almirante Lucas, no Centro. Isso não apenas sobre o ensino de Libras para o aluno surdo, mas para o grupo de crianças de sua turma.

O projeto começou em junho de 2009, quando a creche recebeu uma criança com diagnóstico de surdez. Desde então a professora Maria Eloíza de Macedo trabalha com o aluno uma forma de comunicação e aprendi-

Em SC

32

Instrutores de Libras

30

Turmas bilíngues

539

diario.com.br

> Você acha que os surdos devem estudar em escolas especiais? Por quê?

01/05/2009



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 30/5/11
Assunto: O X da educação		Página: 4 e 5

dizado. Também foi realizado um trabalho com a mãe e a avó da criança, que iniciaram o contato com a Língua Brasileira de Sinais, para dar continuidade à comunicação em casa.

Em seguida, a creche começou um trabalho de apresentação da Libras com toda a turma de seis meses a um ano, da qual a criança fazia parte. Em outubro do ano passado, foi a vez da turma de dois a três anos. A unidade percebeu, então, que havia o interesse em aprender Libras não só das crianças, mas igualmente das professoras e dos demais funcionários da creche. Um professor de Língua Brasileira de Sinais para trabalhar sinais do cotidiano em sala de aula e para ensinar os profissionais da unidade educativa foi contratado.

angela.bastos@diario.com.br

Política de inclusão

INSTRUTOR

- **preferencialmente surdo**, auxilia na aquisição da Libras como primeira língua. O instrutor pode atuar nas turmas bilíngues e no atendimento educacional especializado – as salas multimeios –, no período inverso às aulas. O profissional ministra cursos de Libras para a comunidade ouvinte.

PROFESSOR BILÍNGUE

- **1º ao 5º:** juntamente com o professor regente, deve haver um professor bilíngue que explica aos surdos em Libras e utiliza outros recursos visuais e educacionais, já que a criança ainda está aprendendo a linguagem de sinais.
- **Quando houver** mais de quatro alunos surdos na mesma série, podem ser formadas as turmas bilíngues, em que o ensino é em linguagem de sinais. Mas essas turmas são poucas, pois os alunos, geralmente, estão em séries diferentes.

INTÉRPRETE EDUCACIONAL

- **do 5º ano** ao ensino médio e em turmas de jovens e adultos, como supletivo, telessalas e educação profissional há um intérprete educacional que acompanha o aluno, que já deve ter domínio da Libras.
- **O aluno** pode frequentar as salas de atendimento especializado na própria escola ou nas escolas conveniadas, que tenham o serviço, enquanto precisar para a aquisição da Libras e do português como segunda língua.
- **Para contar** com o apoio de qualquer um dos profissionais especializados, as escolas onde há surdos matriculados devem entrar em contato com a Federação Catarinense de Educação Especial.

Fonte: Federação Catarinense de Educação Especial

Movimento quer escolas bilíngues

29/02

6/11/11

11/02/11

PAULO VIEIRA

"Não adianta dar um curso de 40 horas de língua de sinais e esperar que os professores consigam receber alunos surdos e ouvintes na mesma sala."

A manifestação em frente ao Ministério da Educação, na semana passada, foi um protesto contra a intenção do governo federal de incluir os portadores de necessidades especiais, como cegos e surdos, em escolas regulares. Uma comissão formada por dirigentes de associações de deficientes visuais foi recebida pelo ministro Fernando Haddad.

Em nota, o MEC disse que "o ministro da Educação não pretende encerrar as atividades de nenhuma instituição ou escola destinada a estudantes com deficiência".

Paulo Vieira, presidente da Associação de Surdos de São Paulo, classificou a reunião como "difícil".

– Não adianta dar um curso de 40 horas de língua de sinais e esperar que os professores consigam receber

alunos surdos e ouvintes na mesma sala – defende.

Nidia Regina Sá, participante do movimento e professora da Universidade Federal do Amazonas, pede mudanças no Plano Nacional de Educação. Segundo a acadêmica, termos como escola especial foram banidos do documento.

– Eles querem transformar as escolas especiais em centros que prestam atendimento especializado, como fonoaudióloga, o que não é suficiente – afirma Nidia.

Segundo o Ministério da Educação, de 2002 a 2010, a inclusão em turmas regulares passou de 110.704 (25%) matrículas para 484.332 (69%) e o número de escolas inclusivas cresceu de 17.164 (8%) para 85.090 (44%), nesse período.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 30/5/11
Assunto: O X da educação		Página: 4 e 5

A cultura surda como prioridade

O Instituto de Audição e Terapia da Linguagem (Iatel), criado em 1969, por professores e pais, em Florianópolis, fez o caminho inverso a partir de 2005. De escola de educação infantil ao 5º ano, voltada exclusivamente para crianças surdas ou com problemas de linguagem, ela abriu as portas para a integração.

A partir do decreto que determinava a integração, a escola sem fins lucrativos funciona com oficinas complementares de ensino – que priorizam a cultura surda e o uso das Libras. A coordenadora do setor de surdos do Iatel, Glades Costa Oliveira, destaca que nem sempre foi assim.

– Até 1997, quando começamos a usar as Libras, o método usado era o oralismo. Os surdos tinham que aprender a linguagem labial e a falar, mesmo sem escutar nada.

Juliana Tasca Lohn, de 34 anos, professora de Libras, foi alfabetizada com o oralismo e até hoje balbucia algumas palavras. Mesmo assim, ela destaca que se sentiu muito melhor na escola só para surdos do que na

escola regular, que começou a frequentar depois do 5º ano.

– Enquanto se escreve, se perde o que a professora diz, não dá para fazer a leitura labial. Quando a professora se vira para escrever no quadro, também se perde – explica Juliana.

Para ela, mesmo com a participação dos intérpretes, há perda de conteúdo porque as salas têm muitos alunos e as exposições são rápidas demais para captar visualmente. Além disso, diz que não há integração entre surdos e os que escutam.

A coordenadora do Iatel destaca que sem comunicação e acompanhamento, os surdos são repetidamente marginalizados, deixados de lado.

Segundo Glades, o Iatel era a única escola exclusivamente para surdos da região e chegou a contar com 116 alunos matriculados do primeiro ao 5º ano. Para ingressar nas atuais oficinas do Iatel, os alunos passam por uma triagem que analisa as condições financeiras e o melhor encaminhamento para os profissionais especializados.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 30/5/11
Assunto: A divisão do bolo		Página: 6

A DIVISÃO DO BOLO

Governo quer discutir os valores dos poderes

Colombo defende alteração de cálculo para garantir mais dinheiro para investir em obras

MAYARA RINALDI*

O governo do Estado quer discutir o repasse percentual de recursos para o Judiciário, o Legislativo, o Ministério Público (MPSC) e Tribunal de Contas do Estado (TCE). A ideia é rever o cálculo para que o Executivo consiga garantir mais verbas para investimentos.

Nos bastidores do Centro Administrativo, comenta-se que sobra dinheiro nos caixas do poderes enquanto as demandas da sociedade como saúde, educação, infraestrutura e segurança ficam com pouco dinheiro para obras.

Para 2011, por exemplo, o repasse previsto para as instituições é maior que a quantia destinada a investimentos governamentais em obras públicas. Somados os valores para Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça (TJSC), TCE e MPSC, são R\$ 1,8 bilhão contra R\$ 1,6 bilhão para investimentos.

Na quinta-feira, na Europa – onde cumpriu a primeira viagem oficial ao exterior –, o governador Raimundo Colombo manifestou, ao DC, a necessidade de “avanços” na distribuição dos recursos. Segundo ele, se não houver uma mudança “o Estado fica totalmente inviabilizado para executar obras que a sociedade exige”.

Um dos pontos levantados por Colombo é a inclusão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) na base de cálculo. O fundo é considerado para fazer a divisão percentual de recursos entre os poderes. Dessa forma, mesmo sendo repassado integralmente para a educação, ele acaba contribuindo indiretamente para aumentar a quantia que deverá ser transferida para os outros órgãos.

Colombo admitiu que já está conversando, informalmente, com alguns chefes dos outros poderes. “Há uma boa vontade de todos eles”, disse ao colunista Roberto Azevedo. A mudança não poderá ser feita neste ano, porque os percentuais são definidos pela Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO), publicada no ano passado. A discussão gira em torno da LDO que vai valer para 2012, que começa a ser elaborada ainda neste semestre e será votada pelos deputados estaduais até o final do ano.

A alteração do cálculo deve passar por uma negociação essencialmente política, tanto no Legislativo quanto no Judiciário. A proposta enfrentará resistências. No ano passado, durante a tramitação da LDO 2011, o presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio, afirmava que reduzir o percentual seria “inviável”. Ainda assim, o parlamentar deve representar o menor dos problemas de Colombo, que terá que convencer os chefes do TJ, TCE e MP.

Em seis anos, os recursos dos poderes praticamente dobraram. O efeito contou com aumento do percentual e da arrecadação do governo.

mayara.rinaldi@diario.com.br

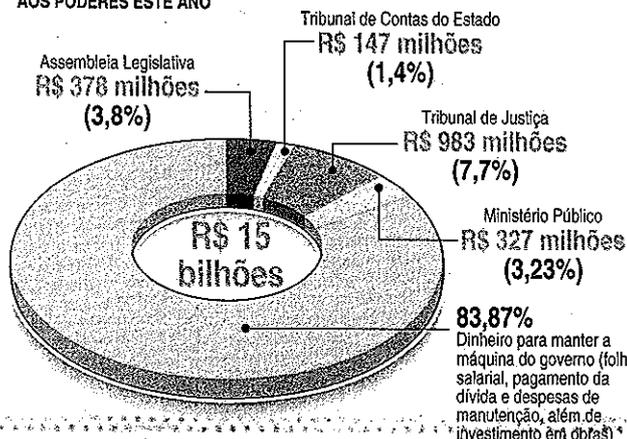
*Colaborou Natália Viana

Para onde vai o que é arrecadado

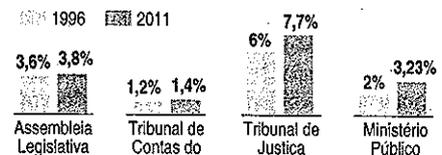
Os percentuais que são repassados aos poderes são definidos, a cada ano, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é elaborada pelo governo, precisa ser aprovada pela Assembleia, e serve de base para o Orçamento do ano seguinte.

A lei que estabelece os critérios para a elaboração da LDO (Lei 10.191, de 1996) determina que os percentuais para os poderes são calculados a partir da Receita Líquida Disponível, que representa o orçamento total sem as verbas previstas para convênios e os valores que são repassados aos municípios.

PERCENTUAIS REPASSADOS AOS PODERES ESTE ANO

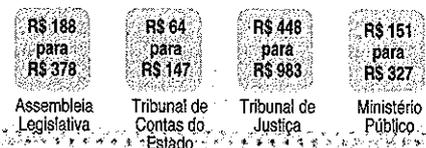


Ao longo dos anos, o dinheiro repassado aos poderes cresceu, tanto percentualmente, como em valor



REPASSE ANUAL NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS (em milhões)

Nos últimos seis anos, com aumentos da arrecadação, os recursos repassados aos poderes praticamente dobraram:





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 30/5/11
Assunto: Uniforme não é uma prioridade		Página: 23

Por que os alunos da rede municipal de ensino em Florianópolis não usam uniforme? - MAGNO DA SILVEIRA

Mande sua pergunta para www.diario.com.br/edat. Ela poderá ser respondida pelos jornalistas do DC.

Uniforme não é uma prioridade

Algumas escolas municipais de Florianópolis adotam o uso do uniforme, mas por decisão própria. Não há uma obrigatoriedade por parte da secretaria de Educação da Capital.

A prefeitura considera alto o custo dos uniformes escolares, por isso não os oferece aos seus 28 mil estudantes de 36 escolas e 76 creches do município. Nas escolas que usam o uniforme, os pais dos alunos precisam pagar a roupa.

Segundo o secretário de Educação da Capital, Rodolfo Pinto da Luz, a secretaria prioriza outras necessidades da área, como ampliação de escolas e construção de creches:

– Não existe um estudo de orçamento, mas sabemos que o custo de uniformes é alto. Por isso, acabamos priorizando outras necessidades.

Ele considera que o uniforme é um item dispensável, já que os alunos

acabam indo às aulas sem a vestimenta, gerando conflitos nas escolas entre pais e direção.

A roupa serve, principalmente, para identificar os estudantes entre as pessoas que circulam pelas instituições de ensino e já é adotada em toda a rede de ensino estadual.

Mesmo com a prefeitura concentrando os investimentos na construção de creches, 2,4 mil crianças ainda aguardam uma vaga na rede municipal, como noticiado pelo DC.

Deu no DC

PAC DAS CRECHES
Novas vagas não resolvem nem metade do problema
Construção de creches em Florianópolis não resolve o problema de vagas para as crianças há três meses

Edição de 16 de maio mostrava a situação das creches em Florianópolis.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 29/5/11
Assunto: O X da Educação – Blog é incentivo para aprender		Página: 28

O X da educação

Blog é incentivo para aprender

Espaço virtual de escola municipal de Blumenau, criado por professores e alunos, completa dois anos com 30 mil visitas

Blumenau

O blog Educar, da Escola de Educação Básica Municipal Pastor Faulhaber, no Bairro Ribeirão Fresco, em Blumenau, completa dois anos neste domingo.

Os 200 alunos, do pré ao 8º ano, aproveitam o espaço virtual para publicar notícias da cidade, informações referentes à escola e educação, além de assuntos de interesse pessoal, como música.

O blog já teve mais de 30 mil visitantes, de acordo com a coordenadora da biblioteca da escola, Maria de Fátima Baumgartner, o que foi motivo de festa entre os alunos e professores.

A professora destacou que os 200 estudantes foram inseridos nas novas tecnologias por meio dessa iniciativa.

– A ideia surgiu a partir do engajamento dos alunos e professores. Atualmente, o blog é o meu caderno de registros devido ao avanço das tecnologias – conta Maria de Fátima, que também coordena o projeto.

Para comemorar, a escola promoveu

uma solenidade, sexta-feira, na sala de informática, onde o site é desenvolvido. Na segunda-feira, ocorrerá um painel com poemas sobre adolescência.

Durante toda a semana, exceto na quarta-feira, a biblioteca terá jogos, quebra-cabeças, contação de histórias, leitura, música e dança durante o recreio. Na sexta-feira, os estudantes organizarão uma exposição do manual de dicas sobre cuidados com a natureza.

uma solenidade, sexta-feira, na sala de informática, onde o site é desenvolvido. O repórter do *Jornal de Santa Catarina* Anderson Silva conversou com os estudantes sobre mídia e a importância do blog para a educação. Os alunos tiraram dúvidas e receberam dicas sobre como aumentar o número de visitas no site.

Os alunos do 5º ano também fizeram uma apresentação musical. A progra-



Estudantes que participam do site assistiram a uma palestra sobre mídia e educação na sexta-feira



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 30/5/11
Assunto: Enem 2011 já tem mais de 1,8 milhões inscritos		Página: online

Enem 2011 já tem mais de 1,8 milhão de inscritos

O número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) já passa de 1,8 milhões, segundo informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O órgão espera que o total de participantes da edição deste ano chegue a 6 milhões. As inscrições seguem abertas até 10 de junho, exclusivamente pela internet.

Segundo a Agência Brasil, até as 18h do dia 27, São Paulo lidera em número de inscritos, com 316 mil, depois vem Minas Gerais (196 mil), Rio de Janeiro (139 mil) e Bahia (137 mil). As inscrições começaram na segunda-feira (23). As provas serão aplicadas nos dias 22 e 23 de outubro.

Em 2009, o MEC deu início a um projeto de substituição dos vestibulares tradicionais pelo Enem como forma de ingresso na universidade. A partir do resultado da prova, os alunos se inscrevem no Sistema de Seleção Unificada (SISu) e podem pleitear vagas em instituições públicas de ensino superior de todo o país.

A participação no Enem também é pré-requisito para os estudantes interessados nas bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni). Os benefícios são distribuídos a partir do desempenho do candidato no exame e podem ser integrais ou parciais, dependendo da renda da família.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 30/5/11
Assunto: Ministro da Educação falará senadores sobre conteúdo dos livros didáticos		Página: online

Ministro da Educação falará a senadores sobre conteúdo dos livros didáticos

O ministro da Educação, Fernando Haddad, deve participar de audiência pública amanhã (31), às 10h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), quando serão debatidas polêmicas que envolveram o órgão nos últimos dias, como o conteúdo de livros didáticos. O ministro confirmou presença à comissão.

Segundo a Agência Senado, convidado para audiência pública no dia 17 de maio, o ministro enviou representantes, que foram impedidos de participar pelo presidente da CE, senador Roberto Requião (PMDB-PR). Requião argumentou que os representantes do ministro não havia sido convidados e acrescentou que Haddad, que havia aceitado o convite, "deveria ter tido a gentileza de comparecer".

Na audiência do dia 17, Haddad deveria falar sobre a politização de livros didáticos aprovados pelo Ministério da Educação, que trariam críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso e elogios ao de Luiz Inácio Lula da Silva.

Desde então, a imprensa publicou outras críticas a conteúdos didáticos aprovados pelo ministério, como livros que incentivariam o uso incorreto da língua portuguesa e material sobre homofobia, questões de gênero e aspectos étnicos.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 30/5/11
Assunto: Comissões vão debater investimento previsto no Plano Nacional de Educação		Página: online

Comissões vão debater investimento previsto no Plano Nacional de Educação

A Comissão de Finanças e Tributação decidiu realizar audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura para discutir os investimentos do poder público em educação entre 2011 e 2020 – período compreendido pelo Plano Nacional de Educação (PNE), conforme Projeto de Lei 8530/10, do Poder Executivo. A data da audiência ainda não foi definida.

De acordo com a Agência Câmara, o debate foi proposto pelo presidente da Comissão de Finanças, deputado Cláudio Puty (PT-PA). Ele cita dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inpe), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o investimento em educação realizado pelo setor público no Brasil nos últimos anos é de aproximadamente 5% do Produto Interno Bruto (PIB).

“Uma das metas contidas na proposta do novo PNE diz respeito à ampliação progressiva do investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB”, esclareceu Puty.

Serão convidados os os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Educação, Fernando Haddad, e o presidente do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior, Gil Vicente Reis de Figueiredo.

Clipping

CNTE

Programa transforma aluno em senador por três dias

- ✧ Data: 30/05/2011
- ✧ Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
- ✧ Editoria: INSTITUCIONAL
- ✧ Assunto principal: ENSINO MÉDIO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Este ano, os 27 vencedores do Concurso de Redação do Senado também terão como premiação participar do projeto Jovem Senador, regulamentado pela Comissão Diretora

Wilson Santiago, Marta Suplicy, José Sarney, Cícero Lucena e Ciro Nogueira, durante reunião da Comissão Diretora

Vinte e sete estudantes serão senadores por três dias. Essa é uma das atividades previstas no programa Senado Jovem Brasileiro, criado pela Resolução 42/10 e regulamentado na quinta-feira pelo Ato 7/11 da Comissão Diretora. O programa é voltado aos estudantes de 16 a 19 anos, matriculados nos dois últimos anos do ensino médio das escolas públicas estaduais de todo o Brasil.

A partir da resolução, o Concurso de Redação do Senado Federal, que está em sua quarta edição, passou a integrar o programa, juntamente com o projeto Jovem Senador, de simulação de atividade legislativa, ambos destinados ao mesmo público.

Com a criação do programa, os 27 finalistas do concurso terão também como premiação a participação no projeto Jovem Senador, permitindo que sejam senadores por três dias, representando suas unidades da Federação.

A legislatura dos participantes começa com a posse dos jovens senadores e a eleição da Mesa. Termina com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na ordem do dia e a publicação no Diário do Senado Federal.

Apenas uma redação representará cada estado na fase final do concurso. Os três primeiros colocados serão escolhidos por comissão julgadora do Senado. Os coordenadores estaduais do 4º Concurso de Redação do Senado Federal são responsáveis pelo contato com as escolas públicas de seus estados e pelo recebimento das redações escolhidas para representar cada escola.

De acordo com o regulamento do programa, a data de premiação do concurso será em novembro, coincidindo com a realização do projeto Jovem Senador.

106825

Clipping

CNTE

A linguística e o ensino do português (Artigo)

> Data: 30/05/2011
> Veículo: O GIRASSOL - TO
> Editoria: OPINIÃO
> Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Por Luiz Carlos Amorim - Escritor - <http://luizcarlosamorim.blogspot.com>

A linguística estuda as maneiras de se falar uma língua em diferentes regiões onde ela é adotada. Então falar, seja como for, é uma questão linguística. Isso quer dizer que a linguística respeita os diferentes modos de falar uma língua, o que não quer dizer que ela sugere o abandono da gramática, do ensino da normas de bem falar e bem escrever o português, por exemplo.

Pois na contramão disso, ao invés de dar condições às escolas de ensinar aos nossos estudantes a boa e velha gramática para que eles possam se comunicar e possam comunicar o que pensam a todos, o MEC - Ministério da Educação, comprou 485 mil exemplares do livro "Por Uma Vida Melhor", da coleção "viver, aprender", de Heloísa Ramos, e distribuiu a milhares de alunos da rede pública.

Pois o livro em questão prega que falar "nós pega o peixe" ou "os menino pega os peixe" é uma maneira correta de falar e quem disser o contrário é preconceituoso, está praticando "preconceito linguístico". Ora, vivemos insistindo que a qualidade de nosso ensino fundamental e médio deve melhorar, para que nossos alunos aprendam efetivamente a ler e escrever - mais que isso, que entendam o que leem e consigam se comunicar, se fazer entender ao escrever um bilhete, uma mensagem, uma carta. E aí vem o Ministério da Educação, que deveria primar pela boa qualidade do ensino no país, e gasta um uma cifra enorme do dinheiro público para comprar um livro que apregoa o assassinato da língua portuguesa, mais do que já foi feito até aqui? Poderiam ter usado todo esse dinheiro para pagar melhor alguns professores.

Semana passada, ainda, escrevi sobre a possibilidade que aventaram, recentemente, de levar o "internetês" para a escola, o que já seria um aviltamento generalizado da língua. Agora me aparece essa notícia, dando conta de que o MEC comprou uma fortuna em livros que não ajudarão em nada os estudantes no aprendizado de um bom português, muito pelo contrário: dá passe livre para que as pessoas falem do jeito que bem entenderem. Conseqüentemente, vão escrever assim também.

Enquanto, de um lado, tenta-se unificar a língua portuguesa em todos os países onde ela é o idioma oficial, no Brasil adota-se a reforma, mas o governo distribui "obra" desobrigando nossos estudantes de primeiro e segundo grau e os cidadãos em geral de aprender e praticar o português correto.

Com a educação já falida neste nosso país, com novas modificações aprovadas para o Ensino Médio e para o fundamental também, mais este livro distribuído igual bala aos alunos das escolas públicas, a luz no fim do túnel fica cada vez mais tênue.

Sobre o autor: Luiz Carlos Amorim é Coordenador do Grupo Literário A ILHA em SC, com 30 anos de atividades e editor das Edições A ILHA, que publicam as revistas Suplemento Literário A ILHA e Mirandum (Confraria de Quintana), além de mais de 50 livros. Editor de conteúdo do portal PROSA, POESIA & CIA. e autor de 26 livros de crônicas, contos e poemas, três deles publicados no exterior. Colaborador de revistas e jornais no Brasil e exterior - tem trabalhos publicados na Índia, Rússia, Grécia, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Cuba, Argentina, Uruguai, Inglaterra, Espanha, Itália, Cabo Verde e outros, e obras traduzidas para o inglês, espanhol, bengalês, grego, russo, italiano -, além de colaborar com vários portais de informação e cultura na Internet, como Rio Total, Telescópio, Cronópios, Alla de Cuervo, Usina de Letras, etc.

O autor assina, também, o Blog CRONICA DO DIA, em [Http://luizcarlosamorim.blogspot.com](http://luizcarlosamorim.blogspot.com)

Clipping

CNTE

Sobram 76 mil vagas em curso do MEC para formação de professores

» Data: 30/05/2011
» Veículo: JORNAL DE BARRETO
» Editoria:
» Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO SUPERIOR
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O Ministério da Educação (MEC) estuda prorrogar o prazo para que professores da rede pública possam se inscrever em cursos de formação continuada oferecidos pelo governo federal em parceria com instituições públicas de ensino superior. O prazo termina hoje, mas até o dia 26, quinta-feira, apenas 11% das 86 mil vagas ofertadas tinham sido solicitadas.

Lançado em 2009, o Plano Nacional de Formação de Professores tem como objetivo capacitar docentes que não têm a formação mínima exigida por lei - ou não fizeram o ensino superior ou cursaram graduação em áreas diferentes daquela que lecionam. Para os que já concluíram essa etapa, são ofertadas vagas em cursos de capacitação ou atualização - presenciais, semipresenciais ou a distância - em universidades públicas. Mas a demanda está aquém do que foi planejado pelo ministério.

"No caso da formação continuada, há um componente diferente porque o professor não sabe que curso fazer, a multiplicidade de cursos é muito grande e às vezes isso acaba sendo um entrave porque o professor não localiza o que gostaria de fazer", acredita Helena de Freitas, assessora da Secretaria de Educação Básica do MEC.

A inscrição do professor deve ser feita pelo diretor da escola com base em um levantamento de qual é a demanda por formação daquela equipe. A lista dos cursos disponíveis, com informações sobre a duração e o conteúdo de cada um deles, está disponível na Plataforma Freire. É lá que o diretor da escola fará a inscrição de seus profissionais que deverão, posteriormente, confirmar o interesse em participar do curso.

Segundo Helena de Freitas, o ministério estuda se fará algumas mudanças na oferta. É preciso, em diálogo com os municípios, identificar se os cursos estão em sintonia com aquilo que a rede precisa e se os temas são de interesse do professor. As capacitações são variadas: há formação em áreas de conhecimento específicas, como história e geografia, ou em temas mais amplos como direitos humanos e educação ambiental.

Clipping

CNTE

Estratégia para melhorar a educação 2 (Artigo)

✧ Data: 30/05/2011
✧ Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
✧ Editoria: SABER
✧ Jornalista(s): Fernando Veloso
✧ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Fernando Veloso

Gestores, diretores e professores precisam de recursos para melhorar o desempenho dos alunos

NESTE E NOS próximos artigos, apresentarei uma estratégia para melhorar os indicadores educacionais no Brasil baseada nas lições tiradas das experiências de reforma em outros países e no atual estágio de desempenho do sistema aqui.

Um elemento fundamental dessa estratégia é uma boa gestão. Ela deve assegurar que gestores, diretores e professores tenham recursos e conhecimento necessários para melhorar o desempenho dos alunos.

Para isso, é preciso estabelecer metas de aprendizagem e integrá-las à estrutura curricular e ao material pedagógico, além de ter programas de formação inicial e continuada dos professores.

O MEC (Ministério da Educação) estabeleceu metas de desempenho no Ideb para o quinto e o nono anos do ensino fundamental em cada escola pública urbana do país, e existem alguns sistemas de metas estaduais e municipais.

No entanto, são raros os Estados e municípios que estabelecem metas de alfabetização das crianças. Uma das exceções é Minas Gerais, que criou o Proalfa (Programa de Avaliação da Alfabetização) e incluiu indicadores de alfabetização nas metas das escolas.

Além disso, poucos Estados e municípios possuem currículos bem definidos e, em geral, os programas de formação de professores estão dissociados do sistema de avaliação.

Dentre as experiências promissoras, incluem-se as dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e, recentemente, as do município e do Estado do Rio de Janeiro, que implantaram um currículo integrado com as metas de aprendizagem e com programas de reforço escolar e formação de professores.

O passo seguinte na melhoria da gestão é conceder maior autonomia às escolas.

Isso contribui para elevar o grau de responsabilização e transfere o poder

decisório para quem está em uma melhor posição para identificar os problemas e resolvê-los.

Mas, para que isso funcione, é preciso que as escolas tenham capacitação técnica e recursos adequados. Uma experiência interessante é o Programa de Autonomia Escolar de Nova York.

Por meio desse programa, os diretores de escolas de Nova York passaram a ter autonomia para elaborar o orçamento, contratar professores, tomar decisões sobre o currículo e a grade horária, e escolher os tipos de assistência técnica necessários.

Em contrapartida, passaram a ser responsabilizados pelos resultados de aprendizagem dos alunos, podendo ser demitidos caso não sejam atingidas as metas.

Em resumo, Estados e municípios com pior desempenho devem implantar alguns fundamentos básicos de uma boa gestão, enquanto aqueles com melhor desempenho podem avançar na direção de uma maior autonomia das escolas.

*FERNANDO VELOSO , 44, é pesquisador do IBRE/FGV e escreve a cada 14 dias neste espaço.

Clipping

CNTE

Alunos motivados não faltam, não se evadem (Artigo)

✦ Data: 30/05/2011
✦ Veículo: O GLOBO
✦ Editoria: O PAÍS
✦ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
OUTROS

Tamanho da fonte

ESCOLA COM QUE EU SONHO

Terezinha Saraiva

Há inúmeros fatores que contribuem para o bom desempenho dos alunos e das escolas que participam de avaliações. Entre eles: professores com boa formação, que dominem plenamente o conteúdo da disciplina ou disciplinas que lecionam, que tenham uma boa prática docente para saber ensinar, motivando seus alunos e mantendo-lhes o interesse permanente. .

Outro fator que tem influência: escolas que ofereçam boas condições para ensino e aprendizagem. Turmas com, no máximo, 35 alunos para os anos escolares finais do ensino fundamental. Turmas menores para os anos iniciais. Biblioteca, laboratórios, quadras esportivas, sala de leitura, materiais pedagógicos variados. Utilização de novas tecnologias para enriquecer a prática docente.

É preciso que os professores tornem suas aulas tão atraentes e coloridas como é o mundo. Chega de escola funcionando em preto e branco, sem qualquer atrativo. A escola tem que ser o local atraente e prazeroso para professores e alunos e para as famílias dos alunos.

É indispensável que os professores conheçam seus alunos. Como vivem, suas possibilidades e limitações. Não basta conhecer a turma como um todo. Tem que conhecer cada aluno. Não só o nome, mas sua vida. No momento em que o professor conhece os alunos, encontra o melhor caminho para despertar seu interesse, afastar seus bloqueios e fazê-los aprender. Motivado, estimulado, bem ensinado, ocorre a aprendizagem.

Evidente que um aluno que vive estimulado pelo ambiente cultural da sua casa, bem alimentado, amado, com uma família que acompanha seus estudos tem mais probabilidade de um bom desempenho escolar. Entretanto, um aluno que não tenha essas condições, se amado e estimulado pelo professor, conseguirá obter um bom desempenho.

* Educadora e ex-secretária municipal de Educação